

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 - Série VII - N.º 542
17 de Maio de 1984

Preço: 30\$00

SEMÁNARIO

Propriedade do Partido Comunista Português - Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

SEMINÁRIO DO PCP SOBRE ENERGIA

Nuclear - só mais tarde; carvão - já ... e depressa!



Noticiário sobre o Seminário nas páginas centrais do Suplemento



Encontro dos camaradas Álvaro Cunhal e Konstantin Tchernenko

ENCONTRO DE ÁLVARO CUNHAL COM KONSTANTIN TCHERNENKO



Encontro das delegações do PCP e do POSH em Budapeste

DELEGAÇÃO DO PCP COM OCTÁVIO PATO VISITA À HUNGRIA

Pág. 3

Festa do «Avante!»

EP EP EP EP

JÁ ESTÁ À VENDA

MANOBRAS E TERRORISMO CONTRA OS POVOS DE ÁFRICA

Pág. 8

Suplemento / Avante!

OLIMPISMO à moda de Reagan

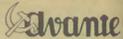
Vistos e ponderados os factos, a forma como os EUA têm encarado a participação da URSS e outros países nos Jogos de Los Angeles, só tem um nome: provocação

Dez anos do «Avante!» legal
Verdade
responsabilidade
e fidelidade de classe

ÁLVARO CUNHAL EM BALEIZÃO VILA DA FEIRA E ÍLHAVO



- SÁBADO, comício em Baleizão, no Largo Catarina Eufémia, às 16 horas
- DOMINGO, jornadas festivas de inauguração dos Centros de Trabalho do PCP em VILA DA FEIRA (comício às 14 e 30 no lugar do Casal, junto ao Tribunal do Trabalho) e em ÍLHAVO (às 17 e 30, na Rua Direita)



SEMANA

9 Quarta-feira

A Comissão Executiva da CGTP-IN anuncia que o Conselho Nacional vai debater formas de luta que garantam a defesa dos interesses dos trabalhadores. O tenente-coronel Vítor Alves revela, em conferência de imprensa, que as celebrações do Dia de Portugal se realizam este ano em Viseu e em 42 comunidades portuguesas no estrangeiro. Ramalho Eanes discursa na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, onde afirma que a democracia é indissociável de um poder local forte. Cerca de 500 trabalhadores concentram-se em Évora protestando contra a «lei-roubo da cortiça». A PSP dispersa à bastonada alunos das escolas secundárias de Setúbal que pretendiam ser recebidos pelo ministro da Educação. A Organização de Unidade Africana condena governos europeus que convidaram o racista sul-africano Botha a visitar os seus países. Cinco oficiais israelitas exigem inquérito a Ariel Sharon para apurar responsabilidades da morte de 40 soldados no Líbano. O governo da República Dominicana decreta o estado de sítio para evitar greve de protesto contra o aumento de preços.

10 Quinta-feira



Juan Carlos

Mário Soares reafirma em Lisboa a sua fidelidade aos ideais da NATO, que confundiu com os valores de liberdade e defesa dos direitos do homem. As actividades económicas da Marinha Grande param quase todas em protesto contra a discriminação de que o concelho vem sendo alvo. A CGTP-IN exige, pela terceira vez, um inquérito oficial à gestão da banca nacionalizada «para que o País seja esclarecido e os eventualmente responsáveis de actos de corrupção sejam exemplarmente punidos». Requerendo a realização urgente de um congresso extraordinário, o Conselho Administrativo e Técnico da Liga dos Bombeiros Portugueses considera que os Bombeiros atravessam uma grave crise, acusando o Governo de não satisfação de compromissos assumidos. O Tribunal Internacional de Haia condena as agressões dos EUA contra a Nicarágua, exigindo a sentença que os EUA cessem de imediato todas as acções militares ou para-militares contra este país. O rei de Espanha, Juan Carlos, inicia uma visita oficial de seis dias à URSS, a primeira que um chefe de Estado espanhol faz ao país dos soviéticos. A nave de transporte «Progress-21» acopia ao complexo orbital soviético constituído pelas naves «Saliut-7» e «Soyuz T-11».

11 Sexta-feira



«Sagres» condecorada

O ministro da Administração Interna cria no seu ministério um «Gabinete de Segurança» composto por oficiais destacados da GNR e PSP com a missão, entre outras, de acionar «processos de natureza confidencial». Esta estrutura foi criada por Eduardo Pereira à revelia da Lei Orgânica do MAI. O navio-escola «Sagres» é condecorado pelo Presidente da República com a Ordem do Infante D. Henrique. O secretário-geral do PCUS e chefe de Estado da URSS, Konstantin Tchernenko, recebe em Moscovo o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, que se encontra de visita à URSS a convite do CC do PCUS. É sepultado na sua terra, Brejnenis, o ciclista Joaquim Agostinho, vítima de um acidente na «prova do Algarve»; milhares de pessoas acompanharam o préstito. O parlamento dinamarquês suspende definitivamente qualquer contribuição para os mísseis de médio alcance que os EUA estão a instalar na Europa Ocidental, e o governo da Holanda afirma não estar disposto a aceitar a totalidade das 48 armas daquele tipo que Washington pretende colocar no país.

12 Sábado



Andreas Papandreu

O PCP realiza um Seminário sobre a Política Energética na Faculdade de Letras de Lisboa onde se dá relevo à urgência de se optar pelas centrais a carvão no nosso País para produção de energia. Termina em Tróia, com a presença do Presidente da República, general Ramalho Eanes, o I Simpósio de Escritores Ibéricos. Um porta-voz do departamento de Estado norte-americano considera «particularmente alfitivas» as recentes declarações do primeiro-ministro grego, Andreas Papandreu, na abertura do congresso do seu partido (PASOK), o qual afirmou nomeadamente que «o combate da União Soviética a favor do desanuviamento é sincero», «a URSS não pode ser qualificada de potência imperialista como os Estados Unidos» e ainda que a URSS «é uma força contra o imperialismo e o capitalismo».

13 Domingo

Um estudo da CGTP-IN revela que os impostos directos sobre os salários — Profissional e Complementar — aumentaram 1268% desde 1975. O comandante nicaraguense Julio Ramos declara que o Exército Popular Sandinista causou nos últimos dois meses cerca de 900 baixas aos bandos contra-revolucionários que se infiltraram em território da Nicarágua. Em entrevista publicada após um dia de combates em Beirute, que causaram 20 mortos e cerca de 100 feridos, o dirigente do Partido Socialista Progressista, Wallid Jumblatt, adverte que «se uma trégua não for instaurada rapidamente, o Líbano acaba». A Itália conclui com a URSS um acordo para a compra de gás siberiano, que será oficialmente assinado dentro de 10 dias em Moscovo.

14 Segunda-feira

A Associação de Amizade Portugal-Angola responsabiliza o Governo português e a RTP pelas possíveis consequências da transmissão da «grande reportagem» prevista para hoje na RTP-1 sobre as actividades dos bandoleiros da Unita em Angola; a referida «reportagem» foi feita no território angolano criminosamente ocupado pelos racistas sul-africanos. PS propõe ao PSD reunião imediata para «recompor» governo. Uma delegação da AR chefiada por Tito de Morais inicia uma visita de dez dias à União Soviética. O primeiro-ministro grego, Andreas Papandreu, é reeleito por unanimidade presidente do partido PASOK, que dirige há dez anos. A oposição democrática das Filipinas volta a denunciar a fraude eleitoral realizada ontem pelo regime ditatorial de Ferdinand Marcos.

15 Terça-feira

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, regressa de uma visita à URSS a convite do CC do PCUS; em declarações à chegada e comentando a actualidade política nacional, diria que os problemas não se resolvem com remodelações do Governo «mas sim com uma mudança de política», a qual será uma realidade em tempos que «não virão tão longe como desejam aqueles que hoje dispõem do poder». Vinte e três políticos da coligação governamental conservadora da RFA, entre os quais três ministros, estão em riscos de serem condenados a penas de prisão por crimes de corrupção e fraude fiscal. A Central Operária Boliviana (COB) anunciou ontem a convocação de uma greve de fome escalonada, contra a política económica do governo do presidente Hernan Siles Suazo.

Editorial

A «REMODELAÇÃO» E A FALÊNCIA POLÍTICA DO GOVERNO

O folhetim da remodelação governamental, com os episódios mais burlescos no fim da semana que passou e começou da que está em curso, é a parte visível de um «iceberg» de falência política cujas dimensões ultrapassam todos os cálculos.

A crise económica e financeira que paralisa os nervos do País e golpeia duramente as classes trabalhadoras das cidades, dos campos e do mar, descambou numa recessão incontrolável. Os portugueses das mais diversas condições sociais olham para o dia de amanhã como para um doloroso enigma de que ninguém vislumbra solução no quadro do Governo actual e da política actual.

Os ministros deste Governo, a começar pelos dois chefes máximos da coligação — Mário Soares e Mota Pinto — assemelham-se a personagens de opereta. Nos momentos mais críticos e sombrios vêm até ao proscénio, dizem umas basofias, cantam umas larachas sem nenhuma relação com a gravidade real dos problemas que afectam o povo, posam sorridentes para os fotógrafos e para a sua televisão e recolhem depois aos bastidores entregues à sua inanição, à sua impotência, à sua inépcia.

Vazios, impotentes e ineptos — eis o que são na realidade os personagens desta tragicomédia que é o Governo PS/PSD e a sua política.

A questão essencial que hoje se coloca ao Povo português não é remodelar o Governo, mas correr com ele. Não é repintar a política mas alterá-la de raiz.

Soares e Mota Pinto e outros farsantes da coligação governamental multiplicam-se em tiradas de cosmética acerca da bondade do seu Governo e da sua política.

E, entretanto, a realidade é total e comprovadamente outra.

O drama dos salários em atraso flagela em crescendo dezenas de milhares de trabalhadores sem que o Governo mexa um dedo para lhe pôr cobro, apesar das propostas do PCP apresentarem soluções viáveis para o problema.

Centenas de empresas, algumas delas das maiores dimensões do País, caem na falência ou na agonia financeira e engrossam a maré alta do desemprego com novos contingentes de trabalhadores. O Governo, dando expressão prática à filosofia liquidacionista do ministro Ernâni Lopes, o que faz é retirar bóias aos naufragos para que se afoguem mais depressa e mastigar novas leis de liberalização total dos despedimentos em obediência às ordens da CIP e das multinacionais.

A queda do poder de compra das mais amplas camadas populares, através da baixa dos salários reais e dos aumentos em flecha do custo de vida, desorganiza e paralisa o mercado nacional, faz cair as vendas a níveis arrasantes, lança na ruína milhares de pequenos e médios comerciantes, agricultores e industriais.

Sob o chicote desta política a miséria e a fome instalaram-se em muitos milhares de lares.

Por outro lado agrava-se a nossa dependência económica, financeira e política, friamente maquiada pelos governantes, a política de entrega da nossa independência nacional faz de Portugal um dócil joguete dos interesses económicos dos grandes grupos multinacionais e da estratégia belicista do imperialismo.

Em áreas especificamente políticas, o espectro da fascização gradual da sociedade portuguesa ganha contornos definidos no plano legislativo e nas medidas executivas e repressivas do Governo Soares/Mota Pinto.

Nas ruas, nas fábricas, nas escolas, o Governo responde a sentidos problemas e reivindicações populares com a repressão e as agressões brutais da polícia de choque.

Na Assembleia da República chovem as propostas de lei do Governo que são verdadeiras ameaças ao exercício das liberdades democráticas.

Com a aprovação do pacote autárquico, imposta pela maioria domesticada da coligação governante — apesar do protesto generalizado dos eleitos do Poder Local, mesmo da área do Governo —, a clique PS/PSD de Soares e Mota Pinto dá mais um passo no estrangulamento financeiro e da autonomia democrática do Poder Local, rouba receitas e distribui encargos, promove uma autêntica «descentralização» da gestão ruínosa do Poder Central em prejuízo das populações locais.

Além disso, quer impor o desemprego em massa dos trabalhadores das autarquias, em obediência às idelas amputacionistas de Almeida Santos de que há duzentos mil trabalhadores a mais no aparelho de Estado que é preciso atirar para a rua sem abrir aos presumíveis excedentários qualquer alternativa a nível do emprego.

Depois da aprovação da celebrada «lei da bufaria», que cria novos serviços de informação virados para a repressão política, está agora em discussão uma proposta governamental de alterações ao regimento da Assembleia da República que na prática se destinam a calar a boca da oposição democrática, juntamente com outro mirabolante pedido de autorização legislativa em matéria criminal que, como precedente, abriria o caminho a todas as ilegalidades do Poder contra os cidadãos.

Correr com este Governo, mudar decididamente a sua política é um imperativo nacional que não pode protelar-se indefinidamente.

O curvar da espinha da clique Soares/Mota Pinto às exigências do FMI e à ditadura do dólar constitui o mais grave atentado à nossa recuperação económica e financeira.

Por efeito dos novos mecanismos de domínio da oligarquia financeira internacional, em particular dos Estados Unidos, alargaram-se desmesadamente as áreas e as formas de dependência do imperialismo contra os povos. Aos países do Terceiro Mundo juntam-se já na mesma dependência financeira países com importantes recursos e razoavelmente desenvolvidos.

Só para o Brasil — uma presa do FMI — com uma dívida externa de 92 000 milhões de dólares, a alta do dólar na última semana representou um acréscimo de 300 milhões de dólares no montante dos juros a pagar aos Estados Unidos.

Para Portugal isso significou de pé para a mão em apenas quatro dias um acréscimo da ordem dos 45,3 milhões de dólares nos juros da nossa dívida externa.

Soares e Mota Pinto continuam a dourar a hipótese da integração de Portugal na CEE em Janeiro de 86 quando mesmo nos círculos do grande capital privado crescem as apreensões pelas consequências que tal passo significaria para a economia portuguesa, em particular para nossa agricultura que cairia sob o culeto dos altos interesses do capitalismo agrário da comunidade.

O exemplo espanhol é elucidativo das consequências que para a agricultura portuguesa arrastaria a integração na CEE. Por exemplo, aos vinicultores espanhóis — lembremo-nos que Portugal é um dos grandes produtores mundiais de vinho — a integração implicaria a liquidação de vastas áreas de vinhedo.

A perspectiva de integrar Portugal no barril da crise que é a CEE no momento actual é um motivo de apreensões para todos, menos para o Governo Soares/Mota Pinto que joga tudo por tudo nesta verdadeira operação política contra Portugal de Abril.

À luz das nefastas consequências da sua política e da firme resistência do Povo português compreendem-se as

apreensões da coligação PS/PSD de Soares e Mota Pinto, do grande capital e de toda a reacção, pela séria crise em que se debate o Governo, principalmente pelo clamoroso descrédito de Mário Soares.

Mário Soares, acusando o toque do seu isolamento político e atemorizado pelas grandes manifestações populares de 25 de Abril e do 1.º de Maio e do que politicamente significam, perdeu a tineta e voltou a agitar velhos espantalhos que no passado o ajudaram a assustar certos sectores mais moderados das forças democráticas portuguesas.

De cabeça perdida e exibindo uma notória falsa segurança, brande a espada contra os moínhos de vento de um pretense «frentismo neogonçalvista», faz chantagem contra o Presidente da República, ameaçando com uma nova «fonte luminosa» em Belém, múltiplas declarações à comunicação social portuguesa e estrangeira como se fosse o grande senhor dos destinos de Portugal.

Mota Pinto, despeitado pela iniciativa de Soares, retoma à sua conta o tal «frentismo neogonçalvista», enquanto que o conhecido advogado dos interesses americanos, Cunha Rego, glosa o tema com considerações contra os militares de Abril, desenterra o estafado recurso da comunicação social portuguesa e estrangeira como se fosse o grande senhor dos destinos de Portugal.

Rebela de Sousa, um dos chefes da ala direita do PSD mostra a sua preocupação pelo descrédito de Soares, diz que o actual Primeiro-Ministro «é o retrato impressionante do desprestígio do Governo» e transmite-lhe os seus «bons conselhos»...

Na direita, recosa de perder os quatro quintos de que dispõe com o PS na Assembleia da República, intensifica-se a exigência de uma nova e imediata revisão da Constituição, em particular da parte económica e da legislação eleitoral e, significativamente, após a «cimeira» de antontem com o PSD, para exame do melindroso problema da «remodelação», Mário Soares mostra-se aberto a esta pressão das forças contra-revolucionárias.

Os democratas portugueses cometeriam um grave erro se se mostrassem permeáveis às especulações e provocações divisionistas de Soares e da extrema-direita, se perdessem de vista as excepcionais condições actuais para uma mudança de Governo e de política e para uma alternativa democrática, amadurecidas nas últimas semanas.

O Isco do anticomunismo está envenenado, a urgente tarefa de mudar de política e de Governo tem hoje a sustentabilidade e a luta da imensa maioria do Povo português.

O 25 de Abril e o 1.º de Maio abriam possibilidades excepcionais de alargar decididamente o movimento popular e democrático, de intensificar a luta de massas, de aprofundar os passos dados no sentido da convergência, do entendimento e da unidade de todas as forças, camadas, sectores sociais e correntes políticas opostas à política e ao Governo da coligação PS/PSD e para uma saída institucional da crise actual, para uma urgente mudança de Governo e de política.

Aqueles que acusam o PCP de objectivos puramente demolidores falseiam a realidade concreta. O Seminário da última semana sobre o problema energético, o Encontro sobre o aproveitamento do Alqueva, o Encontro sobre o Plano do Vale do Tejo a realizar em breve, mostram, com outras iniciativas, que o PCP é uma força inserida nos problemas do povo e do País, indispensável a uma política democrática de salvação nacional e de autêntico progresso económico e social.

Património e meio ambiente — debate em Setúbal

Inserido nos trabalhos preparatórios da 1.ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal do PCP, realizou-se no passado sábado, no salão nobre da Câmara Municipal de Setúbal, um debate sobre património natural e cultural e defesa do meio ambiente, promovido pela Comissão Concelhia do PCP.

Participaram não só militantes do Partido, mas ainda outros convidados, cuja actividade nas autarquias locais, museus, escolas, instituições e estruturas ou movimentos associativos em muito contribuiu para enriquecer a discussão. A caracterização do distrito ao nível do património e a articulação necessária entre aquelas entidades (e outras) deu corpo a um documento que, sob forma adequada, será ainda objecto de distribuição entre as organizações e militantes da ORS, até à Assembleia.

A reunião reconheceu no Poder Local democrático e nas associações de defesa do património os agentes mais capazes de promover a sensibilidade das populações para a luta contra a dilapidação do património e o desequilíbrio ecológico, e não deixou de condenar o Poder Central pelas carências de meios materiais e de carácter legislativo para o êxito da actuação local.

Debate no Vitória

• Os trabalhadores da Saúde e a guerra nuclear

«Os trabalhadores da Saúde e a guerra nuclear» — este o tema do debate de hoje no Vitória. Participam Tito Seabra Dinis, doutoranda em Psiquiatria e Jorge Campos, médico radiologista. A promoção deste debate pela SIP da DORL é feita em colaboração com a Organização de Saúde da ORL. Início da sessão: 21 horas.

II Congresso do MDM no próximo fim-de-semana

É já no próximo fim-de-semana, sábado e domingo, que se realiza no Pavilhão dos Desportos de Lisboa o II Congresso do MDM.

Tudo a postos, 800 delegadas eleitas e milhares de mulheres convidadas (ou que podem fazer-se convidadas, porque para todas as portas do Pavilhão estarão abertas), eis o programa:

Na manhã de 19, sábado, a partir das 10 horas, as congressistas terão nas mãos os três documentos principais que serão postos a discussão: «Quatro anos na luta e na vida das mulheres», a Proposta de Estatutos e a «Carta dos Direitos das Mulheres».

Nessa mesma manhã o Congresso homenageará Maria Lamas. E também Catarina Eufémia, que noutro 19 de Maio, há 30 anos, foi assassinada em Baleizão.

De tarde e na manhã seguinte debater-se-ão os três painéis em que se desdobra o Congresso: 1 — Mulheres em Movimento pela Igualdade e a

Democracia; 2 — Movimento de Mulheres por mulheres — o MDM; 3 — Em defesa da vida e da paz.

Na tarde de domingo serão postos à aprovação das delegadas os Estatutos e a Carta dos Direitos das Mulheres. Será posteriormente eleito o Conselho Nacional, que reúne em seguida para eleger a Direcção e o Secretariado do MDM.

Estarão presentes no Congresso delegações de mulheres da URSS, RDA, Checoslováquia, Hungria, Jugoslávia, Bulgária, França, Espanha, Cabo Verde, Angola e uma representante da FDIM.

No sábado como no domingo o Congresso será pontuado por intervenções culturais para que estão já confirmadas as participações de Maria Guinot, Eugénia Melo e Castro, Fernanda Lapa, Eunice Muñoz.

Além da Oficina de Arte e de exposições de artesanato, pintura e fotografia, funcionarão nas instalações do Pavilhão um Bazar Internacional.

mulheres em movimento pela igualdade e a PAZ



CONGRESSO NACIONAL MOVIMENTO DEMOCRATICO DE MULHERES Pavilhões Desportos 19 e 20 de Maio 1984

revista dos partidos comunistas e operários

revista internacional

problemas da paz e do socialismo

Tabela de assinaturas 50 Números

Continente	1350\$00
Regiões Autónomas	2500\$00
Espanha	2500\$00
Europa	5050\$00
Países de expressão portuguesa	5200\$00
Extra-Europa	7300\$00

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes 1699 Lisboa CODEX Tel. 768345

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL Serviços Centrais: Av Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779528/779525/769751

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alcacova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto. Tel. 693908/699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra. Tel. 26394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º — 1000 Lisboa Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda S.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa Tel. 776336/776328

Composto e impresso na Heská Portuguesa — R. Elias Garcia: 27 Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/84

Tiragem do mês de Abril: 45 700

Assembleia da República

Governo pede autorização para «definir» crimes e penas

Enquanto o quórum vai e o quórum vem, a Assembleia continua devagarinho a fazer algum trabalho.

Trocando por miúdos a linguagem jurídica, o que o Governo quis e obteve da sua maioria, foi uma autorização para definir como crimes certos actos do seu desagrado, aplicando-lhes a pena que muito bem entende até ao limite de três anos de prisão e vinte mil contos de multa.

O que acabámos de descrever é grave só por si. Mas há mais. É que, o «texto imperfeito» que «em má hora» o Governo levou à AR, como se lhe referiu José Magalhães, do PCP, enferma de inconstitucionalidade.

Se o texto era vago, mais vagas ainda foram as explicações que o ministro da Justiça entendeu fornecer aos deputados nos debates de antontem, limitando-se quase a ler o que o próprio texto dizia e a afirmar que a proposta se destinava «apenas a completar o conteúdo das leis com aspectos sancionatórios».

Não foi preciso esperar pelas intervenções de fundo para que a posição dos maiores partidos ficasse desde logo clara. Se a maioria alinhou na confian-

ça — essa confiança foi afirmada com quem passa cheques em branco ao Governo, pelos deputados Montalvão Machado do PSD e José Luís Nunes do PS — a oposição, manifestou o seu desacordo logo nos pedidos de esclarecimento ao ministro. O CDS não entrando na questão de fundo; o PCP, para além de apontar as inconstitucionalidades, manifestando as desconfianças quanto ao uso que o Executivo pretende fazer do diploma.

José Magalhães apontou mesmo um exemplo: «Se o Governo acha que o estacionamento em frente à porta do Primeiro-Ministro é mau», esta autorização permitir-lhe-ia punir com uma pena de prisão até três anos esse estacionamento... José Manuel Mendes, por seu lado, que interviria no final, deu exemplos dos díspares decretos feitos à sombra de uma autorização legislativa concedida ao Governo e que serviu para promover o «lay-off» e para o decreto «de Coimbra», o qual visa punir as «injúrias» aos membros de órgãos de soberania e foi elaborado na sequência dos epítetos dirigidos ao Primeiro-Ministro por populares...

Um voto hipócrita

Entretanto, na semana passada, o PSD saiu-se com um voto. Congratulava-se este partido da maioria pelas celebrações do Dia Nacional da Segurança Social. Um voto que os comunistas apontaram como hipócrita, tendo a deputada do PCP, Ilda Figueiredo, sublinhado as responsabilidades governamentais na deterioração do sistema de segurança social e recordado a recusa dos partidos que apoiam o Governo, PS e PSD, em reforçar as verbas orçamentais para que os aumentos das reformas de miséria se colocassem, pelo menos, ao nível dos aumentos de preços. Só a maioria votou tal voto.

Nesse mesmo dia, quinta-feira passada, a deputada comunista, em declaração política, abordara os problemas económicos e financeiros com que se de-

bate o País, levando de novo à Assembleia a questão gravíssima dos 150 mil trabalhadores com salários em atraso e dos 500 mil desempregados. Ilda Figueiredo não deixaria de sublinhar que, ao mesmo tempo que se acentua a crise e continua a política de endividamento externo de Portugal, o Governo se empenha numa escalada de repressão. A deputada denunciou a repressão brutal da delegação de jovens estudantes que procurou ser recebida no Ministério da Educação. Repressão a que se seguiu «uma autêntica caça ao estudante por agentes da PSP a mando do ministro ou do Governo».

Na sexta-feira de manhã o projecto do PS sobre o «estatuto patrimonial do Presidente da República» visando elevar para 160 contos o vencimento do PR, foi aprovado pela maioria acompanhada do CDS, UEDS e ASDI. O PCP votou contra e o MDP absteve-se. O diploma baixou à comissão respectiva a fim de ser debatido na especialidade. Recorde-se entretanto que o vencimento actual do PR é inferior a qualquer membro do Governo.

No mesmo dia, o pedido de urgência do PCP para um seu projecto sobre a criação de uma Faculdade de Direito na Universidade do Porto, foi rejeitado. Só o PCP, o MDP, e a UEDS votaram a urgência. Isto emborá todos os outros tenham concordado que a criação de uma tal Faculdade é uma necessidade. Um deputado do Partido Socialista explicou o porquê do voto contrário: «a licenciatura em Direito será criada na Universidade do Porto», disse, sublinhando que o PS «não cederá às pressões do PCP»...

E o Regimento? Lá anda, ao sabor do quórum. A maioria, a verdadeira interessada nas alterações ao Regimento, que visam espartilhar os direitos dos partidos da oposição, aparece pouco. E o PCP já avisou pela voz de Jorge Lemos: «Não se peça ao PCP que esteja aqui a dar quórum para votar propostas que visam limitar os nossos direitos.»

tária do Governo PS-PSD designadamente em relação à RTP, espelha um considerável desespero provocado pelo rotundo fracasso da sua política, pelo seu notório isolamento político e social e pela crescente mobilização dos trabalhadores e do Povo português na batalha por uma alternativa democrática.

6. No quadro da luta contra a política desastrosa e antidemocrática do Governo PS-PSD, torna-se absolutamente justificado e necessário que os trabalhadores e os democratas confirmem novo impulso ao protesto e à luta contra uma situação na comunicação social e designadamente na RTP que viola a legalidade constitucional, ofende os direitos básicos dos cidadãos e atenta gravemente contra a democracia.

14/5/84 A SIP do PCP

PCP

Encontro de Álvaro Cunhal com Konstantin Tchernenko

Comunicado conjunto

No dia 11 de Maio, teve lugar um encontro do Secretário-Geral do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética e Presidente do Presidium do Soviète Supremo da URSS K. U. Tchernenko com o Secretário-Geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal, de visita à União Soviética a convite do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética.

K. U. Tchernenko, informou A. Cunhal das principais tarefas do PCUS na etapa actual. Sublinhou que as mais importantes tarefas do Partido, não apenas internas mas internacionais, são o fortalecimento e o progresso em todos os domínios da economia do país, a elevação constante do nível de vida material e cultural do povo, a garantia segura e bastante da defesa da pátria.

A base fundamental para a realização dessas tarefas é a coesão do povo em torno do Partido, a firme determinação dos cidadãos soviéticos na acção prática e na decisão construtiva das tarefas que se colocam.

O PCUS, declarou K. U. Tchernenko, vê todo o perigo da situação presente, criada no mundo pela acção do imperialismo. A instalação na Europa dos mísseis nucleares americanos, a acção dos Estados Unidos na América Central e no Próximo Oriente, o apoio do Governo de Reagan às acções agressivas dos racistas da Pretória na África Austral, a extensão aos cosmos da corrida aos armamentos — são exemplos da política aventureirista de Washington que continua a agravar a situação.

Os comunistas são realistas. Eles vêem claramente tanto os lados negativos da actual situação, como a cada vez mais poderosa resposta à acção do imperialismo. O PCUS considera seu dever internacional lutar activamente pela consolidação da paz e pelo regresso ao desanuviamento, dando ao mesmo tempo a res-

posta adequada às acções agressivas do imperialismo. Simultaneamente presta solidariedade a aqueles que lutam contra o imperialismo e a reacção. Estas duas tarefas estão estreitamente ligadas e consideramos que para os comunistas o afastamento de uma ou de outra seria o rompimento com princípios básicos.

Na opinião dos dois partidos, o mais importante no actual momento é activar os esforços para afastar a ameaça de uma guerra nuclear. Com vistas a alcançar este elevado objectivo pronunciam-se representantes de numerosas e variadas forças políticas. Mas os mais consequentes lutadores para salvar a Humanidade são os comunistas, que representam a força social mais activa e criativa do mundo contemporâneo — a classe operária. A luta pela paz e a luta pelo progresso social e em defesa dos interesses dos trabalhadores estão indissolivelmente ligadas.

A. Cunhal expressou alto apreço pela actividade do PCUS no aperfeiçoamento do socialismo desenvolvido, pela sua consequente política de paz e pela solidariedade internacionalista da União Soviética na arena mundial.

O Secretário-Geral do PCP deu uma informação sobre a situação existente em Portugal. As ofensivas contra as principais conquistas democráticas alcançadas pelo Povo português com a Revolução de Abril, a profunda crise económica e social, o agravamento da dependência de Portugal dos Estados Unidos, da NATO e do imperialismo internacional, conduzem à agudização da luta social e política.

No cumprimento das decisões do X Congresso do PCP, os comunistas portugueses conduzem uma luta consequente por uma alternativa democrática — em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores, das conquistas da Revolução, da independência nacional, da paz e da cooperação mutuamente vantajosa com todos

os povos. O PCP pronuncia-se firmemente contra o alargamento das obrigações de Portugal na NATO, a utilização do território português como base para acções hostis e agressivas contra outros povos, a permissão da instalação ou transporte de armas nucleares em território português.

K. U. Tchernenko expressou os sentimentos de constante solidariedade do PCUS para com a acção abnegada dos comunistas portugueses e desejou-lhes grandes êxitos na sua luta difícil e generosa. Os camaradas K. U. Tchernenko e A. Cunhal confirmaram a solidariedade dos dois partidos para com os participantes nos movimentos de massas contra a guerra, para com os lutadores pela democracia e pela independência e soberania dos seus países, contra o neocolonialismo, o racismo e o fascismo, contra a política imperialista de imposição, ameaça e intervenção.

No decurso das conversações foi expressada a determinação do PCUS e do PCP de fazerem todos os possíveis para o desenvolvimento das relações soviético-portuguesas na base da igualdade e da reciprocidade de vantagens e para o alargamento e reforço da amizade entre os povos da URSS e de Portugal.

Os participantes no encontro, manifestando alto apreço pelas relações de amizade fraterna e solidariedade recíproca existentes entre o PCUS e o PCP, confirmaram a determinação dos comunistas soviéticos e portugueses de reforçar a sua unidade e desenvolver a sua frutífera cooperação na base dos princípios do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário.

No encontro, que se realizou numa atmosfera de amizade e cordialidade, tomaram parte o membro suplente do Bureau Político do CC do PCUS e Secretário do CC do PCUS B. N. Ponomarev e o membro do CC do PCUS e adjunto do Secretário-Geral do CC do PCUS A. M. Aleksandrov.

Declarações à chegada a Lisboa

Após alguns dias de visita à União Soviética, onde se avistou com Konstantin Tchernenko, secretário-geral do PCUS regressou antontem a Lisboa o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, que foi recebido pelo camarada José Vitoriano, da Comissão Política do CC do PCP, e pelo embaixador da URSS em Lisboa.

Aguardado por vários jornalistas no aeroporto da Portela, Álvaro Cunhal chamou a atenção, logo no início do seu breve encontro com os representantes da Comunicação Social, para o comunicado conjunto resultante da visita e do encontro referido, «já publicado em jornais soviéticos, que certamente através das agências já chegou a Portugal e que será integralmente publicado no órgão central do Partido Comunista Português».

E mais adiante, concretizou: «Foi um encontro natural, dadas as relações de amizade fraterna que existem entre o PCP e o PCUS. Como é hábito nos encontros entre delegações de partidos, há uma informação recíproca sobre a actividade respectiva e um exame conjunto dos problemas fundamentais da situação internacional. Foi o que se passou. Quer dizer: recebemos uma informação sobre a actividade do PCUS, do seu trabalho no que respeita ao desenvolvimento económico diversificado, ao melhoramento do bem-estar material e cultural do povo soviético, à política externa de paz da União Soviética; e informámos, naturalmente, sobre a situação portuguesa e os problemas fundamentais que defrontamos no nosso próprio país.

«No que respeita à situação internacional» — prosseguiu — «é conhecida a análise, nos termos gerais, que nós, os comunistas portugueses temos apresentado, e também é conhecido que coincidimos com o PCUS na opinião de que há um agravamento sério da situação internacional e de que esse agravamento resulta fundamentalmente da política agressiva do imperialismo norte-americano e de que a luta pela paz é hoje uma tarefa central que interessa a todos os povos do Mundo.»

«Na actualidade internacional debatida nesse encontro houve algum aspecto, algum ponto do Globo em particular, interroga um jornalista.

Respondeu assim o secretário-geral do PCP: «O que pode ler também no comunicado conjunto, e isso é

importante, é que se considera que há pontos quentes no Globo.

Um é a Europa e particularmente quente dada a instalação de novos mísseis norte-americanos, o que cria perigos suplementares para a paz. Outros dos pontos quentes referidos, como habitualmente aliás, foram a política agressiva do imperialismo norte-americano na América Central, no Próximo Oriente e na África Austral e naturalmente os problemas que daí resultam e a necessidade também de nessas zonas do Mundo ter em atenção os perigos e a solidariedade para com os povos ameaçados.»

«Isto não se resolve com remodelações»

Sobre a actualidade política nacional e a propósito da ci-

meira PS/PSD com vista à remodelação governamental, — tema levantado por um jornalista presente — o camarada Álvaro Cunhal, comentaria a dado passo, com certo tom irónico:

«Isto não se resolve com remodelações. Não é com ministro a mais, ministro a menos. Sai um Pereira, entra outro Pereira.

Sai um Gonetilha, entra outro Gonetilha. Não se resolve assim...»

Depois de referir a incompetência dos membros do Governo na condução dos assuntos de Estado, Álvaro Cunhal destacou a necessidade de mudança real de política: «é o que temos proposto e em que temos insistido, e que confiamos virá a ser uma realidade em tempos que não virão tão longe como aqueles que hoje dispõem do Poder desejam.»

Delegação do PCP com Octávio Pato visita a Hungria

A convite do Comité Central do Partido Operário Socialista Húngaro visitou a República Popular da Hungria, de 8 a 12 de Maio, uma delegação do Partido Comunista Português composta por Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política e Manuela Bernardino, da Secção Internacional.

Nos encontros efectuados com Károly Németh, membro da Comissão Política e Secretário do Comité Central do POSH e Miklós Óvári, membro da Comissão Política e Secretário do CC, a delegação do PCP manteve conversações, sobre questões da situação internacional e do movimento comunista e operário e trocaram informações sobre a situação nos dois países e as tarefas actuais do POSH e do PCP. Estes encontros decorreram

em ambiente de cordialidade, camaradagem e identidade de pontos de vista, tendo num deles participado também László Kovács, vice-chefe do Departamento Internacional do CC do POSH.

Durante a sua estadia na Hungria a delegação do PCP visitou o distrito de Heves onde Alajos Barta, 1.º secretário da Comissão Distrital do POSH deu uma informação sobre a situação económica e social e a actividade do POSH no distrito. Realizaram-se visitas ao Complexo Vinícola de Eger e Matra e à Cooperativa de Produção Agrícola Ráhnóczy, de Heves.

Esta visita, concretizou-se no quadro das relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre os dois partidos, tendo sido afirmada a vontade comum de as reforçar.

Encontro sobre a luta pela paz

Nos dias 4 e 5 de Maio realizou-se em Moscovo, promovido pelo Pravda, órgão central do PCUS, um encontro de representantes de órgãos centrais e outros jornais progressistas, em que se discutiu a luta pela paz na perspectiva da imprensa democrática.

Os trabalhos foram presididos por Victor Afanassiev, director do Pravda e membro do CC do PCUS.

plente do Bureau Político, que fez uma intervenção acerca da situação internacional e da política soviética de paz.

Participaram na reunião jornalistas de 83 países da Europa, Ásia, Próximo-Oriente, África, América do Sul e América do Norte, tendo o encontro proporcionado uma útil troca de experiências acerca do importante tema em debate.

Pelo Avante! esteve presente o camarada Fernando Correia, subchefe da Redacção.

Delegação da DORM do PCP visita a RDA

No quadro das relações de amizade e cooperação existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Socialista Unificado da Alemanha, visitou a República Democrática Alemã, entre 7 e 14 de Maio, uma delegação da Direcção da Organização Regional do Minho do PCP composta por António Lopes, membro suplente da Comissão Política, Branca de Carvalho, membro do CC e do Secretariado da DORM, e José Antunes, suplente do CC e igualmente do Secretariado da DORM.

A delegação da DORM foi recebida por Hermann Axen, membro do Bureau Político e do Secretariado do PSUA.

No distrito de Erfurt, a delegação encontrou-se com o Secretário do Comité Distrital de Erfurt do PSUA e o seu Primeiro Secretário, camarada Gerhard Müller, membro do CC do PSUA, tendo sido efectuada uma ampla troca de informações sobre a situação económica, social e política no Minho e em Erfurt e a actividade desenvolvida a nível destas regiões respectivamente pelo PCP e o PSUA.



A delegação da DORM recebida em Erfurt (RDA)

À delegação da DORM foram proporcionados vários encontros com responsáveis do PSUA a vários níveis do distrito e visitas a empresas, cooperativas agrícolas, e aos municípios de Arnstadt, Weimar, Eisenach e Gotha. A delegação visitou a Escola Distrital do PSUA «Ernst Thälman» onde teve lugar um comício de amizade com centenas de alunos. Visitou ainda o Memorial Bu-

chenwald, antigo campo de concentração nazi.

A visita da delegação da DORM ao Distrito de Erfurt possibilitou um conhecimento directo da realidade e dos êxitos da edificação do socialismo na RDA e traduziu-se no estabelecimento de relações de amizade e cooperação entre a Direcção da Organização Regional do Minho e o Comité Distrital de Erfurt do PSUA.

Comunistas andaluzes em Portugal

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português visitou o Alentejo, nos dias 9, 10 e 11 de Maio, uma delegação do Partido Comunista de Andaluzia (PCE), dirigida por Filipe Alcaraz, secretário-geral do Partido Comunista de Andaluzia e membro do Comité Executivo do PCE.

Dentro do espírito de troca de experiências e informações, a delegação do Partido Comunista de Andaluzia teve um encontro com uma delegação da Direcção da Organização Re-

gional do Alentejo do PCP dirigida por António Gervásio, membro da Comissão Política do CC.

Durante a sua estadia no Alentejo, a delegação do PC da Andaluzia, além do encontro com a DORA, visitou a cidade de Évora, a Câmara Municipal, o Secretariado Distrital das UCP's/Cooperativas, o Sindicato Agrícola e a União dos Sindicatos do Distrito de Évora.

No dia 10 de Maio a delegação do PC da Andaluzia visitou o concelho de Aviz (Portalegre)

nomeadamente a Câmara Municipal, o Centro de Trabalho da Comissão Concelhia do PCP, a União Concelhia das UCP's/Cooperativas e a Cooperativa 1.º de Maio. À noite, a delegação do PC da Andaluzia teve um encontro-convívio com a organização local do PCP.

No dia 11 a delegação do PC da Andaluzia visitou o distrito de Beja. Teve um encontro com a Comissão Distrital de Beja do PCP, foi recebida na Câmara Municipal de Beja e visitou a UCP/Cooperativa «Esquerda Vencerá», de Pias. À noite teve encontro-convívio com os comunistas e a população de Pias.

A delegação do PC da Andaluzia manifestou o seu grande interesse em conhecer a experiência dos comunistas portugueses do seu trabalho na Reforma Agrária, no Poder Local democrático, nos sindicatos e noutras áreas do trabalho de massas e de organização.



Terra

Lei-roubo da cortiça é atentado à economia nacional

• Reforma Agrária toma posição

Largamente responsável pela quebra e degradação da produção corticeira e pela corrupção que se desenvolve em torno da sua comercialização o decreto lei 189-C/81 — mais conhecido entre os trabalhadores como a «lei-roubo da cortiça» — continua a ser fortemente contestado por quantos se encontram ligados ao sector, desde os produtores aos industriais.

Ainda na passada semana uma delegação de 500 trabalhadores das UCP's/Cooperativas do distrito de Évora se concentrou junto da delegação dos Serviços Florestais daquela cidade — numa acção idêntica às que se realizaram em Beja, Portalegre, Santarém e Setúbal — para protestar contra aquele diploma que proíbe as unidades de produção de comercializarem livremente a cortiça dos montados que estão na sua posse, ao contrário do que se verifica com os agrários que têm as mãos livres para fazerem o que bem entendem.

Esta situação de excepção e discriminação, retirando às explorações da Reforma Agrária um valor necessário à garantia dos postos de trabalho e ao equilíbrio económico das explorações — um bem que por direito pertence às UCP's/Cooperativas — é entendida como uma forma de o Governo tentar estrangular financeira e economicamente a Reforma Agrária.

Com efeito, não é por acaso que o valor de 120 escudos por arroba que o Ministério da Agricultura se propõe pagar às UCP's/Cooperativas a título de cobrir as despesas efectuadas com as operações de extracção e empilhamento da cortiça ficam muito aquém dos custos de produção.

Trata-se evidentemente de uma maneira de asfixiar as Cooperativas geridas pelos tra-

balhadores já que a ter em conta os preços de mercado — conforme salientam os secretários das UCP's/Cooperativas Agrícolas e Sindicatos de Trabalhadores da Agricultura dos Distritos da Reforma Agrária em comunicado emitido a propósito desta matéria — extrair uma arroba de cortiça custa hoje 246 escudos, isto é, a irremediavelmente os valores impostos pelo Governo, os trabalhadores teriam um prejuízo de 126 escudos por cada arroba extraída.

Mas há quem não se contente com estas importâncias e chegue a oferecer 100 escudos/arroba e, outros ainda, designadamente responsáveis de Serviços Florestais — «autênticos patrões», como lhes chamam na zona da Reforma Agrária — que oferecem não apenas por arroba mas salários aos tiradores.

O referido decreto-lei, bem como outra legislação complementar, prevê ainda que as UCP's/Cooperativas recebam mais dez por cento do valor da venda da cortiça e mais oito por cento daquele valor líquido de encargos. Só que o estipulado não passou do papel e a verdade é que ainda ninguém viu os tais 10 mais 8 por cento.

Esta situação é, aliás, semelhante à que se verifica com a venda da cortiça amadia por meio de concursos públicos através do Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária, tal como estabelece aquele diploma legal. Também aqui o que se verifica é que o MAFA/GEF é incapaz de levar por diante todo este «processo extremamente burocratizado» acabando por ficar dezenas de pilhas de cortiça pelos montados, muitas delas roubadas de noite, enquanto se importa esta matéria-prima de que somos o primeiro produtor mundial.

Mas o escândalo não fica por aqui. Para completar este autêntico atentado à economia nacional, a forma como este sistema está montado leva a que a cortiça acabe por ir parar

às mãos de meia dúzia de grandes industriais do sector, com o evidente e grave prejuízo que daí advém para as pequenas e médias empresas do ramo.

Por outro lado, existe ainda uma «volumosa teia de corrupção e de negócios escuros», como é conhecida junto dos trabalhadores. Com efeito, responsáveis de Serviços do Estado, agentes da autoridade e compradores da cortiça — conforme denunciaram os secretários e os sindicatos — procuram sistematicamente aliciar os produtores de cortiça para operações que envolvem centenas de milhares de contos de corrupção, sendo inclusive «numerosos e frequentes os roubos que esta situação permite e estimula».

É, pois, para evitar todo este estado de coisas, numa altura em que se aproxima uma nova campanha de extracção da cortiça, que os trabalhadores se movimentam, exigindo a revogação imediata da legislação em vigor e a publicação de uma nova lei assente na livre extracção e comercialização da cortiça.



Prossegue luta pela abertura das feiras de gado

• Três mil agricultores em Penafiel

A abertura das feiras de gado continua a ser uma reclamação dos agricultores das regiões norte e centro do País que para tanto se continuam a movimentar desencadeando diversos tipos de acção, desde abaixo-assinados até reuniões e concentrações.

Foi o caso dos agricultores de Penafiel que, em número superior a três mil, se reuniram na última semana no largo central daquela cidade para analisar a situação decorrente do encerramento da feira de gado sem que, no entanto, tenham sido criadas quaisquer alternativas para a sua comercialização.

Os agricultores presentes, após um desfile pelas ruas da ci-

dade, foram recebidos pelo presidente do executivo municipal a quem fizeram a entrega de um abaixo-assinado contendo as principais preocupações da lavoura.

Nele se dá conta da estranheza dos agricultores da região pelo facto de apenas se manterem encerradas as feiras de gado do distrito do Porto, sendo também salientada a importância que representa o gado para a economia das suas explorações.

Moimenta da Beira entrega abaixo-assinado

Também os produtores de carne de Moimenta da Beira exi-

giram através de um abaixo-assinado enviado ao Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação (MAFA) a reabertura da feira de gado naquela vila.

Esta posição surgiu na sequência de uma reunião recentemente promovida pela Federação das União de Agricultores do Distrito de Viseu em frente à Câmara Municipal de Moimenta da Beira na qual participaram cerca de 300 agricultores que na ocasião expressaram o seu protesto pela forma como o MAFA tratou a sua reclamação negando a reabertura da feira.

Inconformados com esta atitude das autoridades os produ-

tores de Moimenta da Beira consideram-na tanto mais injusta quanto é sabido que noutros locais, graças à luta firme dos agricultores já foi possível a abertura de feiras, como é o caso de Cabecelas de Basto.

Na opinião dos agricultores, com a manutenção desta situação apenas beneficiam os «intermediários pouco escrupulosos», continuando a verificar-se avulados prejuízos para os agricultores e para a economia nacional já que se produz «cada vez menos» carne e os produtores continuam a ser roubados dado que lhes falta o «índice de preços», habitualmente fornecido pelas feiras de gado.

Esta política agrícola não serve!

• Descontentamento alastra de Norte a Sul

Na sequência de uma reunião convocada para analisar a situação que se vive no sector a direcção da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) veio uma vez mais tornar pública a sua preocupação pelo crescente agravamento e pelo avolumar dos problemas com que se debate a lavoura, classificando mesmo o momento actual como verdadeiramente «insustentável».

Esta posição, tomada no último domingo em Coimbra, surge como resultado das dificul-

dades cada vez mais sentidas pelos homens do campo, a braços com um sem número de problemas, confrontados no dia-a-dia com a política de ruína e miséria que lhes querem impor.

Dando expressão ao descontentamento que alastra junto dos agricultores de todo o País — para quem a abertura de um diálogo construtivo e permanente constitui uma exigência da hora presente — a CNA sistematizou as reclamações mais sentidas com vis-

ta a serem apresentadas aos órgãos de soberania e designadamente ao Governo, entidade a quem cabe, no seu entender, proceder a uma urgente inversão na actual política agrícola, única forma de evitar o descabalo total.

Nesse sentido foi solicitada a intervenção da Junta Nacional dos Produtos Pecuários (JNPP) para que esta adquira todos os animais que os produtores tenham necessidade de vender; medidas eficazes por

parte do Estado no combate às doenças do gado, apoio financeiro para reposição do efectivo pecuário bem como o pagamento pontual do gado abatido por doença; a reabertura das feiras de gado, acompanhadas das indispensáveis medidas sanitárias; pagamento do subsídio de gasóleo e do bónus do arroz na zona centro; intervenção da Junta Nacional do Vinho (JNV) no escoamento daquele produto; concessão de crédito desburocratizado e a taxa de juro baixas.

O 25 de Abril e a Reforma Agrária

• Ciclo de debates em Évora

Subordinado ao lema «o 25 de Abril e a Reforma Agrária» está a decorrer no Palácio D. Manuel em Évora um ciclo de debates, o primeiro dos quais se realizou na passada semana com a presença do historiador António Borges Coelho que se debruçará sobre «os movimentos populares e a luta pela terra na História de Portugal» e sobre «as origens do latifúndio».

A iniciativa — integrada no programa de comemorações do 25 de Abril — pertence ao Secretariado das UCP's/Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora e conta com o apoio da Câmara Municipal daquela cidade.

Para as organizações promotoras desta série de debates comemorar os dez anos da revolução libertadora do 25 de Abril é também «celebrar as transformações concretas que entretanto se produziram na sociedade portuguesa» — alterações essas de que, naturalmente, é justo destacar a Refor-

ma Agrária «pela profunda revolução da estrutura fundiária que implicou» e pelas mudanças de ordem social e cultural que originou.

O segundo debate realizar-se-á no dia 25 do corrente e nele intervirá António Gervásio, operário agrícola, membro da Comissão Política do CC do PCP e José Saramago, escritor. Em questão estará a «luta pelo pão, pelo trabalho e pela terra durante o fascismo».

Para encerrar o ciclo, com data marcada para o dia 15 de Junho, foi escolhido o tema «A Reforma Agrária hoje: sua importância económica, social e política». A introdução do debate estará a cargo de António Murteira, engenheiro técnico agrário e Vítor Louro engenheiro silvicultor e ex-secretário de Estado da Estruturação Agrária do VI Governo Provisório.

PCP

Distrito de Lisboa

1.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa a 16 e 17 de Junho no Coliseu dos Recreios

• Projecto de Resolução Política em debate até 10 horas

No arranque para os trabalhos de preparação da 1.ª Assembleia da ORL a realizar em 16 e 17 de Junho no Coliseu dos Recreios, teve lugar no passado dia 10 no CT Vitória uma reunião de cerca de 120 quadros dos organismos de direcção do Partido no distrito, iniciativa destacada no âmbito da actividade preparatória da Assembleia, que se realiza após acontecimentos importantes na vida portuguesa.

As comemorações do X aniversário do 25 de Abril e do 1.º de Maio demonstraram o isolamento social e político do Governo PS/PSD e confirmaram a existência na sociedade portuguesa das energias, das forças, da capacidade e da vontade necessárias para no caminho aberto pela Revolução de Abril e no quadro democrático dar solução aos gravíssimos problemas com que o povo e o País se debatem.

Reforçar a organização e alargar a influência de massas do Partido no distrito é o objectivo central da 1.ª Assembleia da ORL cujo projecto de resolução política,



A reunião de cerca de 120 quadros dos organismos de direcção do Partido no distrito — efectuada no passado dia 10 — foi uma iniciativa destacada no âmbito da intensa actividade preparatória da Assembleia da Organização Regional de Lisboa do PCP

em discussão até dia 10 de Junho, aponta 6 linhas prioritárias de acção para alcançar esse objectivo:

1 — O trabalho nas células de empresa — elo fundamental da ligação do Partido à classe operária e às massas trabalhadoras;

2 — O trabalho autárquico — escola da democracia e caminho da resolução dos problemas das populações;

3 — O trabalho e a luta em defesa do sector empresarial do Estado —

uma das direcções mentais da luta no distrito actual;

4 — O trabalho em defesa das massas sociais e da actividade — indícios de considerável peso efectivo centrado no distrito de Lisboa.

Sábado, no Vitória

Encontro de militantes nas colectividades do distrito de Lisboa

As associações populares de cultura, recreio e desporto, com numerosos associados, tocando com a sua actividade centenas de milhares de pessoas, constituem estruturas de grande importância para a vida dos jovens e de toda a população, para quem, em muitos casos, os serviços sociais prestados são fundamentais e a actividade desportiva, recreativa e cultural das colectividades é a única forma de acesso ao desporto e à cultura.

Analisar a situação das colectividades, os seus problemas e perspectivas de trabalho do Partido nesta frente, de modo a minorar debilidades e vícios e a aproveitar as grandes potencialidades de traba-

lho de massas destas associações, tendo presente a existência, ao longo dos últimos anos, duma gestão APU nalgumas das Câmaras mais importantes do distrito, é o objectivo fundamental do Encontro de militantes comunistas que integrará as colectividades de cultura, recreio e desporto no distrito de Lisboa, que decorrerá no próximo sábado, dia 19, no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, 170, com início às 14 e 30.

Está prevista a seguinte ordem de trabalhos: ● A organização e acção do Partido para as Colectividades; os principais problemas e obstáculos com que se depara na sua actividade.

● Formas de desenvolvimento das actividades das colectividades, aproveitando a suas grandes potencialidades de trabalho de massas, nomeadamente junto da juventude.

● Coordenação entre as colectividades e a cooperação com as autarquias e outras estruturas locais.

● Direitos e reivindicações junto do Poder Central.

Participará neste encontro promovido pela Comissão das Colectividades e Actividades Desportivas e Recreativas da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP, o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central.

DORP Reunião de quadros sobre células

Com o objectivo de discutir orientações e medidas concretas para a campanha de reforços das células de empresa na organização regional, a DORP realiza no próximo sábado, dia 19, às 15 h, no Centro de Trabalho da Boavista, uma reunião de quadros onde participarão os camaradas da C. Política, Edgar Correia, membro suplente, e Ângelo Veloso.

Algarve

Festas

Estão já em preparação as festas organizadas pelo PCP em Silves e Faro.

Em Silves, a Festa do Futuro realiza-se no castelo, nos dias 9 e 10 de Junho.

Em Faro, a tradicional Festa da Amizade realiza-se este ano nos dias 7 e 8 de Julho, como habitualmente nas instalações do S. Luís Parque.

Sessões

No dia 19 de Maio realizam-se em Salir e Alte, freguesias do concelho de Loulé, sessões de esclarecimento com a participação de Margarida Tengarrinha e Carlos Brito, respectivamente.

Cinema

No mesmo dia, no Centro de Trabalho do PCP em Faro e na Sociedade da Borda (Faro) efectua-se projecções do filme «Outubro», às 16 e 21.30 horas, respectivamente.

Deputados do PCP na região

Os deputados comunistas eleitos pelo círculo de Faro estão amanhã e sábado no Algarve para nova série de contactos com a realidade e os problemas da região.

Assim, amanhã (sexta-feira) realizam uma visita à empresa turística de Val de Lobo em Alcantarilha às 14 horas; depois, deslocam-se às minas de sal-

gema, em Loulé, por volta das 16 horas.

No sábado, às 9 e 30, visitam a freguesia de Salir, no concelho de Loulé. Ainda nesta zona, está programada uma visita a focos do património cultural de Alte, às 11 e 30. Finalmente, cerca das 16 e 30 os deputados do PCP encontram-se com a população de Nave de São João, na freguesia de Salir.

Quadros camponeses de Bragança

Com o objectivo de analisar a situação da agricultura no distrito de Bragança e de apreciar o desenvolvimento e as perspectivas de luta dos pequenos e médios agricultores, vai realizar-se no próximo dia 20 (de Maio), a partir das 14 e 30, em Bragança, reunião de quadros camponeses de âmbito distrital. Na reunião participam os camaradas Armando Veloso e Serafim Silva, suplentes do Comité Central e membros da DORT do Partido.

Plenários no distrito de Viseu

Com vista ao debate de questões de organização do Partido e à análise da actual situação política, estão a decorrer no distrito de Viseu os seguintes plenários dos militantes e simpatizantes:

Sábado (dia 19) — em S. Pedro do Sul, no CT de Trabalho, às 21 horas; e em Viseu, também no CT, às 20 horas.

Dia 25 — em Vouzela, na cave da Pensão Maria, às 21 horas.

Os artistas da Festa

Carlos do Carmo, do grupo «Cretcheu», do grupo «Cantares», Distrito de Barcelos, da SFUAP — são já de a realizar no Laranjeiro da Concelhia de Alameda, daremos uma informação na 3.ª Festa da Amizade chinquinho, damas, actividades recreativas, artísticas... «Avante!»

Volta Vale Bom ag dá mleg

A Comissão de Rogério, Maria do Couço, do PCP, em terras da Volta de Vale e Cooperativas da Vale a sua festa anual «Festa do Vermelho».

Numa zona onde a rasant experiência e barragem, com a Reforma Agrária a irrigar cerca de 100 hectares, o seu plano agro-pecuário da reem modernam principalmente os de 100 vadores da «Junção» utilizam agora animadores e organizações higiênticas produtividade.

Festa. Uma notável participação recente juventude da Volta de Vale marcou a festa de Verão da apresentação pela presença do rancho folclórico uma iniciativa dos jovens destaque para a Natal.

que reuniu o na colecção», em A centena dos do Partido confraternização lugar, a vir, com essa campanha pe de Trabalho organização Regional do PCP, mais para batizando os o participação do Freguesia do PCP e chamados para o alguns meses para a que, no início dos eleitos

Organização Regional no Coliseu

é 10 de Junho

O trabalho entre as mulheres — 52,3% da população e 38,5% da população activa do distrito de Lisboa.

O trabalho entre a juventude — que, dos 15 aos 24 anos, representa 15% do total da população do distrito.

Na Assembleia serão apresentadas contas do trabalho desenvolvido nestes 10 anos e apreciados os seus aspectos positivos e negativos, serão definidas as prioridades para o trabalho futuro e eleita a DORL — direcção regional do Partido.

No debate amplo e colectivo destas questões procuram-se conhecer melhor a realidade do distrito de Lisboa nos planos económico, social e cultural, aproveitar o estudo da força de trabalho, a sua actividade, o funcionamento e das potencialidades da organização do Partido no distrito, e definir as prioridades de acção. Com este debate criar-se-ão as condições para que o trabalho desenvolvido central da Assembleia seja alcançado.

Para a cobertura das despesas ocasionadas pela Assembleia está definida a promoção de uma recolha de fundos, que culminará com um espectáculo previsto para o dia 23 de Junho, também no Coliseu dos Recreios, em Lisboa.

Plenário convocado pelo CLL

O Executivo do Comité Local de Lisboa (CLL) decidiu convocar para amanhã, dia 18, um plenário para membros dos organismos de direcção de zona e sector e dos secretariados de células e comissões de freguesia. Este plenário decorrerá no Centro Vitória, a partir das 20 e 30, com a participação do camarada José Casanova, da Comissão Política do Comité Central. Em contacto com o «Avante!», o Executivo do CLL salienta que decidiu convocar este plenário «a fim de, colectivamente, debatermos a Assembleia (1.ª Assembleia da ORL) e encontrarmos orientações comuns para as organizações do CLL».

Encontro de membros de células

Ainda no âmbito da actividade preparatória da 1.ª Assembleia da ORL, vai efectuar-se no próximo sábado, dia 19, um encontro de todos os membros do Partido que trabalham em empresas da zona oriental do concelho de Loures — informa o organismo de direcção desta zona.

O encontro decorrerá nas instalações do Clube Recreativo Bobadelenense, estando marcado para as 14 e 30. Participará nos trabalhos o camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

«Iremos, tanto quanto possível, fazer um balanço do que tem sido o papel das células de empresa ao longo destes 10 anos, quais as dificuldades com que deparamos e como vamos actuar para lhes fazer frente» — sublinha o organismo de direcção da zona oriental do concelho de Loures, que dirige um forte apelo à participação de todos os camaradas.



No próximo domingo

Inauguração dos CT's da V. Feira e de Ílhavo

• Participação de Álvaro Cunhal

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, desloca-se no próximo domingo ao distrito de Aveiro para participar nas jornadas festivas de inauguração dos Centros de Trabalho do Partido na Vila da Feira e em Ílhavo, sedes de concelho.

Para assinalar a abertura destes novos CT's estão programadas as seguintes iniciativas:

V. Feira — 12 e 30, almoço-convívio; 14 e 30, comício-festa no largo fronteiro ao Centro do Partido — intervenção de Álvaro Cunhal; 21 e 30, «arraial minhoto» com a actuação de vários artistas.

Ílhavo — 17 e 30, visita às instalações com a presença do secretário-geral do Partido; 19 e 30, projecção de um diaporama alusivo ao 25 de Abril; 21 e 30, sessão de cinema.

Sobre a inauguração dos CT's de Vila da Feira e de Ílhavo ver «Suplemento» desta edição do «Avante!».

No sábado

Álvaro Cunhal em Baleizão

• 19 de Maio de 1954: há 30 anos, o fascismo assassinava Catarina Eufémia. O povo não a esquece!

Foi há 30 anos, na terra alentejana, Catarina Eufémia, jovem em luta pelo fim do desemprego e da miséria e pela jornada de trabalho de 8 horas, caiu por terra, assassinada pela ditadura fascista.

Data anualmente lembrada com particular relevo pelas gentes de Baleizão, a morte de Catarina permanece entre os comunistas, entre o povo trabalhador, como exemplo vivo da determinação e da coragem na luta pelos ideais de justiça e liberdade.

«Prestar homenagem a Catarina e lembrar o seu glorioso

exemplo» — como referiu Álvaro Cunhal num dos comícios realizados em Baleizão, nos últimos 10 anos, evocativo da efeméride — «é lembrar o longo, difícil e duro caminho da luta dos trabalhadores, o papel de vanguarda dos comunistas e a razão profunda, mesmo nas horas mais negras, para confiar na vitória final. Seguindo sempre o caminho marcado de esforço, de luta, de dedicação, de sacrifícios e de sangue, os trabalhadores alentejanos alcançaram finalmente com a Revolução alguns dos principais objectivos pelos

quais lutou e deu a vida Catarina Eufémia».

Recordar Catarina e o seu exemplo é também lutar pela defesa da Reforma Agrária e do 25 de Abril, como certamente vincará o grande comício popular que decorrerá no próximo sábado, dia 19, em Baleizão, com a intervenção do secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal. O comício está marcado para as 16 horas, no Largo Catarina Eufémia.

Sobre o 30.º aniversário da morte de Catarina ver Suplemento desta edição do «Avante!»

Santiago do Cacém

Em marcha uma campanha algo diferente do habitual...

Para fazer face a um elevado orçamento para o ano de 1984 e para cumprir a meta de 480 contos para a campanha regional de fundos da DORS, a Comissão Concelhia de Santiago do Cacém decidiu avançar uma campanha algo diferente do habitual:

• Apelar aos militantes e simpatizantes do Partido para oferecerem os animais que puderem, desde as galinhas aos coelhos, dos suínos aos bezerros, aproveitando assim as carecterísticas agrícolas do concelho.

• Recolher os animais oferecidos em 2 e 3 de Junho cuja receita revertará para o Partido.

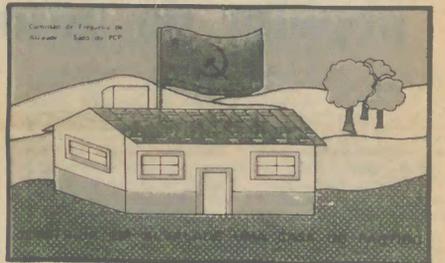
Já com vários amigos inscritos para ofertas variadas, esta campanha promete ser um êxito.

Novo CT de Alvalade: 1.ª pedra no sábado

Após alguns anos de espera, a Comissão de Freguesia de Alvalade Sado (Santiago) do PCP decidiu arrancar em 19 Maio (próximo sábado) com a construção dum Centro de Traba-

lho, à altura da implantação do Partido naquela região da Reforma Agrária.

Orçamentada em 3500 contos a obra iniciar-se-á com o lançamento da 1.ª pedra pelo camarada Américo Leal, do Comité Central, às 10 horas, seguindo-se depois uma jornada de trabalho voluntário.



Festa agrícola com alegria à festa

de Freguesia, Maria, M.ª Emilia e PCP, organizam a 12.ª edição da Festa da Volta do Vale um posteiço da Volta, que agrícola deu mais alta anual, a Festa. Em perspectiva desta festa uma boa produção de tomate, tabaco, milho, morango, onde um...

ciência de uma barragem, com condições agrária foi irrigar cerca de 80 hectares a junção de água atingiu com as chuvas de Cooperativismo o seu pleno. Na vacas da região em modernas instalações, ente os tratam de 100 vacas leiteiras — os graxos agora o leite em organizados em condições higiénicas e de elevada produtividade.

A participação numa recente visita às instalações da «Junção», uma desta deste ano da CEE teve possibilidade primeira de verificar a mentira clórico local dos jovens a Natália e...

FESTA POPULAR DO CRAVO VERMELHO



12 e 13 de Maio / 84 Volta do Vale

dos que caluniam a Reforma Agrária em Portugal e de comparar as suas formas e resultados de exploração agrícola com as dos agrários da zona. Os visitantes da CEE ficaram impressionados com o trabalho da Junção da Volta do Vale.

E voltando à Festa do Cravo Vermelho. Do programa constou um convívio em que participaram centenas de trabalhadores e da exibição do jovem grupo folclórico da Volta do Vale, do grupo folclórico da Lamarosa e do grupo «Som da Terra», de Coruche, que tem feito uma recolha e tratamento cheios de interesse do cancioneiro local.

No comício, além do jovem Rogério, da JCP da Volta do Vale, falaram um camarada da Comissão Concelhia e Dias Lourenço, da Comissão Política do Comité Central, que abordou a luta corajosa dos trabalhadores da Reforma Agrária e a situação política actual.

Madeira

1.ª Assembleia dos comunistas de Santa Cruz

«Marco importante na vida e luta do Partido no nosso concelho», decorrerá já no próximo domingo, dia 20, a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP de Santa Cruz, Região Autónoma da Madeira.

Os trabalhos da Assembleia vão realizar-se no Sítio da Tendeira, freguesia do Caniço, e, no quadro do debate, farão uma análise e balanço ao trabalho desenvolvido até ao momento pela organização. A definição de metas e objectivos realistas para a actividade nos próximos tempos e a eleição,

pela primeira vez, do organismo dirigente do Partido neste concelho madeirense são também pontos centrais da ordem de trabalhos prevista para a Assembleia.

«Quanto mais unidos e coesos estivermos, melhores condições teremos para lutar contra as medidas antipopulares que dia após dia vão agravando a vida do povo português» — sublinha o Executivo da Comissão Concelhia de Santa Cruz do PCP, em nota de imprensa divulgada a propósito da realização da importante iniciativa.

Matosinhos

Freguesia da S.ª da Hora • 2.ª Assembleia

Realiza-se no próximo domingo, dia 20, com início às 15 horas, na Escola Primária dos Quatro Caminhos, a 2.ª Assembleia da Organização da Freguesia da Senhora da Hora do PCP.

A discussão e votação do plano de actividades, a eleição da Comissão de Freguesia e dos delegados à 1.ª Assembleia Concelhia da Organização de Matosinhos, são pontos salientes da ordem de trabalhos.

A assembleia contará com a presença do camarada José Timóteo, da DORP e do Comité Central, e terminará com um convívio animado pelo núcleo da Senhora da Hora dos Pioneiros de Portugal.

Vialonga

Está marcada para o próximo dia 26 (um sábado) a realização da III Assembleia da Organização da Freguesia de Vialonga do PCP. Integrado no conjunto das iniciativas preparatórias da Assembleia decorrerá no próximo sábado, dia 19, às 21 horas, o último plenário preparatório, a efectuar

no Centro de Trabalho da localidade.

A III Assembleia, cujo debate em torno do projecto de conclusões e eleição de delegados tem decorrido com as habituais características da vida democrática no Partido, terá lugar nas instalações da Casa do Povo, a partir das 14 e 30.

Atenção ao borrego!

O sorteio do borrego da Festa da Primavera, realizada entre os dias 4 e 6 deste mês no Fogueiteiro, com vasta programação artística, cultural e de convívio, coube ao portador do n.º 2604.

O prémio pode ser entregue até ao próximo dia 21, no Centro de Trabalho da Comissão Concelhia do Seixal do PCP (R. Fernando de Sousa, 39, Paio Pires, telefones 2216555 ou 2212323). Bom apetite!

Distrito da Guarda

Aumentam as adesões ao Partido!

A adesão ao PCP de uma cada vez maior número de novos militantes que se tem vindo a verificar em todo o distrito comprova a justeza da linha política e da actividade do Partido e evidencia a vontade de participar e lutar para o regime democrático seja defendido e continuem abertas as portas que Abril abriu — sublinha a Comissão Distrital da Guarda do PCP, em comunicado recentemente difundido.

Referindo-se à situação no distrito, e em particular às jornadas do 25 de Abril e 1.º de Maio, salientam os comunistas da Guarda:

«As comemorações do 10.º aniversário do 25 de Abril foram assinaladas com iniciativas em grande número de locais e delas ressaltam a maciça adesão popular e o apego do nosso Povo aos ideais libertadores do 25 de Abril de 1974 e das transformações democráticas que se lhe seguiram.

«O 1.º de Maio de 1984 foi no nosso distrito uma grande jornada de convívio, de luta e de confirmação do movimento sindical unitário. A reivindicação de um novo governo e uma nova política foi afirmada nas quatro principais concentrações — Guarda, Gouveia, Seia e Manteigas. Os trabalhadores e o Povo do distrito mostraram de forma convincente o seu repúdio pela actual política do Governo de Mário Soares/Mota Pinto e, ao mesmo tempo, a vontade de prosseguir a luta por uma alternativa democrática e patriótica.»

E mais adiante, comentando um recente acto eleitoral na região, diz a Comissão Distrital da Guarda:

«Os resultados das eleições para a Assembleia de Freguesia de Santa Marinha, no concelho de Seia realizadas no dia 6 de Maio reflectem (tal como nas eleições que se têm realizado para os órgãos autárquicos por todo o País) o descon-

tenimento face à política do Governo e dos partidos que o compõem. O PS perde em Santa Marinha mais de metade da sua votação em relação a 1982. Isto, apesar de o PSD, coligado com o PS no Governo, não ter concorrido a estas eleições. A APU sobe em números absolutos e percentualmente, revelando-se como uma força política que consequentemente defende os interesses das populações e da grande massa da sua juventude.»

«Face a estes acontecimentos, a Comissão Distrital da Guarda do Partido Comunista Português saúda os Trabalhadores e o Povo do nosso distrito e exorta-os a prosseguir a luta na certeza que a vitória será das forças democráticas, será do Povo.»

Também no distrito da Guarda, as massas populares estão em condições de contribuir para a alternativa à política e ao Governo de M. Soares/M. Pinto.»

De Caldas e Óbidos rumo à Reforma Agrária

As Comissões Concelhias de Caldas da Rainha e de Óbidos do PCP levaram a efeito no passado dia 13 uma excursão de visita e de apoio à Reforma Agrária. Escolheram para o efeito a Cooperativa Agrícola 1.º de Maio, de Avis.

Manhã bem cedo, quatro autocarros da RN, transportando cerca de 220 pessoas, arran-

cam em direcção ao Alentejo. Uma boa parte deles não são membros do nosso Partido. Todos já tinham ouvido falar da Reforma agrária, mas só uma parte deles tinha alguma vez pisado a terra gerida e administrada pelos trabalhadores, se bem que desde sempre regada com o seu suor.

No regresso, mais conhece-

dores da realidade que é a grande conquista dos trabalhadores dos campos do Sul, todos se sentem mais conscientes na sua defesa.

«Ouviram referir números. Ouviram contar a luta heróica que foi travada para impor a Reforma Agrária. Ouviram descrever o que tem sido desde há 8 anos a resistência contra ilegalidades e roubos de que os trabalhadores têm sido vítimas. E ficaram a perceber melhor que a defesa da democracia e de todas as conquistas alcançadas passa pela defesa da Reforma Agrária, pois todas as conquistas alcançadas com o 25 de Abril estão individual e colectivamente em perigo quando qualquer delas é atacada.»

Alverca

É já no próximo dia 20 (domingo) que decorrerá a 2.ª Assembleia dos comunistas de Alverca.

O início dos trabalhos está marcado para as 9 e 30, na Casa do Povo de Arcena, realizando-se por volta das 18 horas um comício de encerramento em que intervirá o camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

Poder local**Será que o Governo duvida?****Poder Local não se deixa matar**

Três encontros, reunindo cada um centenas de eleitores e activistas da APU, foram promovidos no sábado em três grandes autarquias da Grande Lisboa para debater e levar por diante a luta em defesa pelo Poder Local, «uma das travessas mestras da nossa democracia», como na Voz do Operário lhe chamou o coronel Alfredo Moura.

Lisboa, Amadora, Loures — uma câmara de maioria AD/PS, as duas outras APU mas com maiorias relativas e sujeitas a boicotes sistemáticos — recusam, todas elas, assumindo-se a APU como porta-voz das camadas mais conscientes da

população e dos interesses de todos, qualquer derrotismo: a luta continua, por todo o País, em todos os sectores — e também, acesa, nas autarquias; revigore-se neste 25 de Abril/1.º de Maio. E, como todos os outros que não cumpriram nem as promessas nem as conquistas da Revolução, este Governo cairá.

Afirma a Amadora — onde o encontro foi exclusivamente de quadros comunistas — que, apesar de todos os entraves, «os compromissos eleitorais assumidos perante a população serão cumpridos. Lisboa, «em derrocada», sujeita a uma «política de terra quei-

mada» pelo executivo camarário AD/PS — lá onde a APU tem eleitores, pelouros e sobretudo maiorias não só conquista novas adesões como ergue, de facto, apesar da penúria de meios, obras que beneficiam as populações. Loures, onde centenas de pessoas, estruturas populares e profissionais, população, se reuniram para debater o novo pacote anti-autárquico (tema aliás mais que falado em todas estas reuniões) manifesta a disposição de lutar firmemente contra os desígnios do Poder Central, que pretende «tomar os órgãos de Poder Local meros executantes das decisões

governamentais». Mas esta luta pelo Poder Local democrático teve igualmente expressão na Assembleia Municipal de Setúbal, que condenou na sexta-feira, por maioria, a nova legislação: «os diplomas publicados e os projectos já conhecidos contêm fórmulas de tutela sobre as autarquias que são inadmissíveis, pois constituem verdadeiras portas abertas para a ingerência do Poder Central na vida do Poder Local».

De ingerência inadmissível — no caso, do governador civil de Viana do Castelo — se falou também, prolongada em moção de cen-

suras aprovadas, no Encontro de Autarquias e Associações Culturais do Alto Minho realizado naquela cidade, visando (apenas...) «auscultar as autarquias e criar condições de inter-relação entre autarcas e agentes culturais», e concluindo obviamente pela necessidade de um planeamento conjunto.

Contra o esvaziamento do Poder Local se pronunciou o Movimento Inter-Collectividades (MIC) de Torres Novas, que organizou «a semana do conchelo» a decorrer em Lisboa desde 6.ª feira. Durante um colóquio ali expressamente defendido que «as estrutu-

ras autárquicas, nomeadamente a CM, devem desempenhar um papel fundamental no esforço de desenvolvimento».

E é por fim de assinalar intervenções e conclusões divulgadas na Comunicação Social do Encontro Nacional de Autarcas do PSD — a única de tantas iniciativas destacada pela TV.

Embora muito bem educados e em frequentes apelos (e elogios) ao «esforço patriótico» do Governo, sacudindo a água do capote para a «jacobinice» do PS e referindo frequentemente de estarmos a um ano de novos eleições... — nem por isso deixaram os eleito-

res PSD de recusar «o entendimento do Governo relativamente à aplicação da Lei do OE no que se refere às novas competências a descentralizar para as autarquias», conforme se escreve num vespertino. Denunciaram «o simulacro de consulta» feito pelo Governo a propósito do «pacote autárquico». Consideraram «particularmente escandaloso» o que foi decidido sobre transportes escolares e acção social escolar. E exigiram (sic, das conclusões) que «quaisquer competências transferidas da Administração central para a local sejam acompanhadas das correspondentes do-

ções financeiras, cessando de vez as arditosas manobras — ardilosas, isso mesmo! — tendentes à descompressão económica do Governo à custa da asfixia financeira das Câmaras Municipais».

Tal e qual! Se o entendimento se fizesse nas palavras... Ainda assim, tão perigosas que o próprio Barbosa de Melo, presidindo, se viu coagido à fábula: rãs pessimistas e rãs optimistas — estas as autarquias, que só de tanto esbracejar transformam leite em manteiga! Quem sabe, rosas em pão...

● Lisboa, «coisa boa»?

Quando o voltará a ser? Agora, é grande — e cai aos bocados. Não cabe em quatro horas de reunião. Mas sempre se fica com um retrato, de zonas deslocadas embora. Chegá para concluir: é a desolação. Cunha Serra, Rui Godinho, Rêlvias, Jorge Cordeiro, Alfredo Cunha — este para tirar as primeiras conclusões da reunião — fazem as intervenções centrais respeitantes à Câmara.

E é do que mais se sabia já, apesar de tudo: pré-falência, corrupção, desleixo de vereadores, demagogia, delapidação de recursos, definição errada de prioridades, obras sem cobertura orçamental, dívida que

no fim do ano ascenderá a 3 ou 4 milhões de contos — «e quem vier depois que apague o fogo!».

Contra o esbulho de 13 milhões de contos já sofridos pela CM de Lisboa desde a aprovação da Lei das Finaças Locais, em 1979, só a APU levanta a voz. Os «grandes negócios» da cidade fazem-se alienando o seu património aos grandes especuladores, sem qualquer proveito, antes pelo contrário, para a população, mas deixando decerto algum lucro a mais alguém.

Do peso relativo das várias forças políticas e da sua acção se pode dizer talvez hoje sem atrevimento que é mais grave

que nos tempos da maioria absoluta da AD: eram então 9 contra 8 (PS+APU). Agora são 12 AD+PS contra 5 APU: o PS que começou disfarçadamente a opor-se, passou rapidamente a moleque e hoje está na frente da liderança da direita e sem o mínimo de vergonha.

Ali foi contado a propósito um episódio, que aqui se resume: Última Assembleia Municipal, que haveria de eleger um delegado ao Congresso Constituinte da Associação Nacional de Municípios.

Abecasis (que já é delegado, por inércia) — Eu designo... APU — Não pode ser: tem

que ser eleito! Abecasis — Sim, designo... — e designo um vereador do PS!

APU — Mas os srs., do PS, vão nessa?

PS — O que nos interessa é que seja um dos nossos. Designado ou eleito, tanto faz!

Pelo que, vai sendo cada vez mais difícil perceber quem serve a quem...

Nas freguesias, a desolação

Por grande pressão, algumas freguesias foram tendo nestes meses variadíssimas promessas: dinheiro e obras dos serviços municipais para reparar casas que caem ou ameaçam cair, escolas esvaziadas, encostas por escourar, buracos e protecções nas ruas, mercados, uma árvore que dá sombra.

Na generalidade, com o Plano de Actividades e o Orça-

mento aprovados pela maioria na Câmara, nem um tostão que não seja para pagar (para já...) o pessoal. Algumas obras inscritas no Plano... não têm correspondentes no Orçamento! A proposta viável da APU previa a dotação do dobro da verba aprovada para as freguesias.

Das 53 freguesias nem todas puderam expor no encontro o seu testemunho. Mas nas cerca de duas dezenas ouvidas, de Belém aos Olivais, a principal carência apontada foi como regra a habitação: a falta, a sobrelocação, a degradação, os prédios em ruína iminente, as derrocadas e mortes que já houve.

E como exemplo a freguesia do Socorro, em pleno coração histórico da cidade. Dizia o camarada Leocádio: não há ali uma única coisa que nos lembre o 25 de Abril! Tudo parece estar a cair. Prédios há, como na Rua do Capelão,

que só estão de pé porque escourados. Dos habitantes, não é só que 60% não tenha «casas de banho»; nem sanitária! E de banho nem se fala. E no entanto não há um só balneário público, apesar de haver terreno, plano aprovado e até verbal! Sítio para recreio também não. O Teatro Taborda, por exemplo, pra'li está, dói o coração entrar lá dentro. A freguesia pós-lhe à sua conta um telhado novo. Mas existe, retido na Gulbenkian, um subsídio de 3600 contos para recuperação — à espera que a Câmara se decida...

Tudo o que se vai fazendo é à custa do trabalho voluntário das populações.

Informação e mobilização das populações: um salto

Esse é um dos segredos: nas freguesias APU, e noutras

onde temos pelouros e nos deixam trabalhar, como em Santa Isabel, mesmo sem dinheiro, trabalha-se. Mercê dos eleitos da APU — que conhecem como ninguém cada beco, cada lixeira, cada local onde é preciso pintar zebras, como dizia um dos camaradas de S. Domingos de Benfca — e das populações, muita coisa vai nascendo.

Através do trabalho colectivo, de plenário e — nalguns casos — a assinalar de nitida melhoria — da informação distribuída à população pela APU.

Mercê também dos fundos atribuídos pela AECOD: no Lumiar, foi anunciado, na jornada de 27/28 próximos, desta conjugação nasce o parque infantil a inaugurar.

No final do Encontro, as conclusões esboçadas no seu decurso:

Se tudo está pior em Lisboa — «gestão» camarária, as ruas, os transportes e o trânsito, as

escolas, a habitação, o património histórico e cultural — uma descaracterização do tecido social e urbano que levou séculos a tecer-se e que vai ser impossível reconstruir — se assim é, como é, a responsabilidade é inteira da maioria de direita instaurada na Câmara.

Ao contrário, com propostas que servem a cidade e as suas freguesias, a ligação às populações, obras, a APU tem provado que é a única força que tem soluções, competência e capacidade. Que é a alternativa.

E se Lisboa precisa de uma Câmara APU, e cada vez mais e se esse é um objectivo a perseguir no máximo a prazo de um ano, a denúncia imediata e constante do actual executivo e ainda das leis que o Governo pretende impor ao Poder Local — «esvaziá-lo de competências, de dinheiro, de eleitos, de trabalhadores», como diz Jorge Cordeiro — esses, não podem esperar um dia.

● Loures: a condenação popular do pacote

Em Loures, também no sábado e a decorrer desde as 15 horas, o debate centrou-se justamente no pacote autárquico, a partir de uma proposta aprovada na Assembleia Municipal.

A participação — cerca de 400 pessoas — foi invulgarmente viva: muitos sabiam, muitos mais queriam saber.

Logo a abrir a sessão o presidente da Câmara de Loures, Severiano Falcão, traçou uma panorâmica da situação existente no município e passou a referir quais as consequências que a nova legislação trará, a todos os níveis, para a vida normal quer da gestão municipal e autárquica, quer para a própria população do conchelo.

As diversas intervenções seguintes apontaram para a condenação dos novos decretos-líeis elaborados pelo Governo e na altura classificadas como destinadas a neutralizar o Poder Local democrático.

Aberto e participado por representantes de organizações sociais, colectividades, organizações populares de base, de idosos e reformados, comerciantes e agricultores, para além de muitos autárquicos, o debate contou com a presença de muitas pessoas que se mostraram empenhadas em travar conhecimento com a nova legislação, reconhecida como lesiva da vida autárquica local e de todos os concelhos do país.

Cerca das 20 horas, depois de discutida e melhorada, foi aprovada uma resolução que condena a nova legislação, considerada no documento como uma ingerência na vida das autarquias, para além de visar reduzir a democraticidade, promover a asfixia financeira e impor os despedimentos nas autarquias.

Depois de fundamentar estas quatro conclusões, a resolução adianta que, face à situa-

ção analisada durante o debate, os participantes reconheceram «ser objectivo do Poder Central criar condições que, na sua essência, têm como alvo tornar os órgãos do Poder Local meros executantes das decisões governamentais».

Mais adiante o documento refere com mais pormenor as transformações verificadas no concelho de Loures com o exercício do poder local democrático, que, «tal como noutras concelhios (...), transformou radicalmente as condições de vida das populações».

A terminar, a resolução, elaborada com base nas intervenções feitas durante o debate, afirma que «não podem os participantes aceitar tal legislação, reafirmando, por outro lado, manter o seu empenhamento na defesa do Poder Local democrático, uma das mais belas conquistas do povo português alcançadas com o 25 de Abril».

● Pela Amadora, APU e população

Na Amadora, centena e meia de quadros do PCP reuniram-se igualmente no sábado para fazer o balanço do trabalho autárquico realizado nas 8 freguesias e no âmbito dos órgãos concelhios.

Serviços municipalizados, tratamento de lixos, informação e mobilização das populações, assim como a legislação agora aprovada pelo Governo suscitaram mais de duas dezenas de intervenções.

Aprovou-se, no final, além de uma moção sobre esta última matéria, um Caderno Reivindicativo a apresentar ao Governo e um Manifesto à População da Amadora, «sem a participação da qual não teria sido pos-

sível e não vai continuar a ser possível construir o Município de Abril».

O Caderno Reivindicativo apela junto do PR e da AR «no sentido de pressionar o Governo a cumprir as suas obrigações para com uma cidade de 200 mil habitantes», retoma reivindicações muitas delas «mil vezes» formuladas: os 80 mil contos que o Governo deve ao Município pela sua instalação; criação da Comarca, com Tribunal e Notário; Centro de Saúde, em cujo edifício a CM já investiu mais de 100 mil contos; o Hospital, para que já existe terreno; quatro Reparções de Finanças em vez das duas actuais — o que não é apenas incómodo para a popu-

lação mas desvia para fora do conchelo ou atrasa muitas contribuições; conservatórios;

Nun último ponto do Caderno Reivindicativo lembra-se que «30% da população da Amadora vive em habitações clandestinas e degradadas», e insiste-se nas operações de realojamento, em que a Câmara investiu já mais de 30 mil contos em infra-estruturas; na legislação adequada à intervenção da Câmara nesta matéria e que os fogos do Plano Integrado do Zambujal sejam destinados a realojar moradores da Amadora; no apoio governamental ao Município, moedores, pequenos e médios comerciantes e industriais — todos prejudicados pelas

cheias de Novembro em cerca de 900 mil contos.

Compromissos eleitorais vão ser cumpridos

O Manifesto à População também aprovado refere os entraves aos eleitos da APU e ao funcionamento dos órgãos autárquicos, «o criminoso boicote por parte da maioria dos eleitos do PS, PSD e CDS, que não trabalham e tentam impedir que a APU trabalhe com a população». Refere ainda a política anti-autárquica do Governo e o facto de este não cumprir as suas obrigações legais com o Município.

Sublinha, no entanto, serando-os, os compromissos eleitorais assumidos pela APU e afirma: «serão cumpridos».

No entanto, em tão difíceis condições, só o serão com as populações, cuja participação directa já tem sido de destaque.

E aí está, naturalmente, no «Manifesto», o apelo ao reforço da intervenção popular — «modo de suprir a falta de verbas e ultrapassar as situações de boicote». Um dos caminhos apontados é o da repelição e melhoramento de experiências como foi a Jornada de Trabalho Voluntário de Março deste ano.

No Porto «a grande aliança» por novos aumentos da luz

Com o voto contra da APU o conselho de administração dos SMGE — Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade aprovou no passado dia 9 novos aumentos de tarifas e compromissos futuros para a cidade do Porto extremamente graves.

Com efeito, e como os próprios dizem, «com o objectivo de facilitar o prosseguimento das negociações em curso com o Governo sobre o tarifário do Porto e ainda com a intenção de que não haja atrasos em actualizações indiscutíveis que prejudiquem essas negociações, decidiu proceder desde já a uma actualização do actual tarifário...».

Assim, os consumidores não domésticos passarão a pagar 100% da tarifa estipulada do dec-lei 344-A/82, ou seja 8\$15 e os consumidores domésticos 90% do estipulado no decreto, ou seja mais 1\$15 do que actualmente.

Entretanto, a resolução do Conselho de Administração dos SMGF diz ainda que «a recuperação global será concluída em quatro semestres a partir de 1.º de Maio corrente», e que «a presente actualização será oportunamente enviada aos órgãos municipais através de revisão orçamental» — ou seja já depois de ser mandada aplicar.

Recorde-se que em Fevereiro passado, depois de um longo processo de luta da população do Porto, uma reunião da Assembleia Municipal convocada por 30 deputados e na sequência de uma petição de mais de 13 mil cidadãos eleito-

res, tomou várias decisões que passaram a constituir importante vitória do povo e da cidade do Porto: foi reposto o sistema de escalões e consumo; metade dos consumidores viu baixar o preço da luz de 4\$67 para 3\$50 kw/h e os restantes consumidores viram garantido sempre o 1.º escalão a 3\$50; foi decidido não haver mais aumentos de energia pelo menos durante um ano; foi reconhecida a situação específica em que se encontra a população do Porto no que se refere ao consumo de energia eléctrica; foi aprovada a implementação de uma tarifa própria para montras e reclamos luminosos e para instituições de carácter social e cultural sem fins lucrativos; foi reconhecida a competência da Assembleia Municipal para decidir sobre as tarifas.

A Câmara elegeu então um novo conselho de administração para dar cumprimento à resolução da AM e foi constituída uma comissão com o presidente da Câmara e o Conselho de Administração, dando também corpo à resolução da AM, para ir negociar com o Governo.

O Governo, o presidente da câmara Paulo Valada e os vereadores Montenegro Chaves e Alberto Baldaque, desprezando completamente os interesses do Porto e da sua população, assinaram, porém, em Lisboa um protocolo de completa submissão ao Governo e que implicava aumentos imediatos, não continha qualquer compromisso de congelamento da dívida e que, conforme os próprios membros do Governo explicaram detalhadamente, é re-

sultado de uma imposição do FMI.

Este protocolo foi rejeitado pelas câmaras do Porto e de Gaia, tendo a do Porto, por proposta da APU, decidido continuar as negociações com o Governo até se encontrar uma solução que assegure os interesses da população.

É assim, na sequência da rejeição do protocolo pela Câmara, que o Conselho de Administração dos SMGF decide novos aumentos das tarifas e assume compromissos de sucessivos aumentos futuros extremamente graves para a cidade.

Entretanto, e a par de todo este processo, o Partido Socialista e o Governo Mário Soares/Mota Pinto, através dos órgãos de comunicação social e de presidentes de câmara do PS, com particular destaque para Narciso Miranda, fabricam

uma vergonhosa campanha contra a população do Porto e ameaça, não contra o preço brutal da tarifa de 8\$15, não para que a tarifa baixe nos seus concelhos, mas para que o Porto pague a tarifa de 8\$15.

A APU divulgou a propósito da decisão do CA dos serviços, um comunicado onde afirma não terem os vereadores e deputados municipais sido eleitos «para segurar o Governo ou cumprir os ordens do FMI» mas para defender os justos direitos da população do Porto.

A APU afirma ainda ser, hoje como no passado, decisiva a luta da população, dos pequenos e médios comerciantes e industriais e propõe-se lutar pelo cumprimento integral das resoluções da AM de Fevereiro. A APU apresentará na Câmara a rejeição da resolução do Conselho de Administração.

A «praga» do eucalipto

Os eleitos da APU dos concelhos da Chamusca, Constância e Abrantes reuniram no passado dia 15 na Casa do Povo de Santa Margarida, para fazer o balanço das consequências da plantação generalizada e anárquica de eucaliptos nos respectivos concelhos e para discutir as acções a desenvolver.

Constataram que a grande maioria das plantações não está a obedecer a qualquer estudo prévio dos solos, que se estão a destruir (designadamente de sobre e oliveiras) em favor do eucalipto. Existem por outro lado populações que se vêm cercadas de todos os lados com a planta de eucaliptos: em Martinchel, Montalvo, Pereira, Constância e outras.

Os presentes concluíram que a plantação de eucaliptos tem como objectivo defender os interesses das grandes empresas da celulose como a Celbi e a Calma contra os interesses da agricultura, dos pequenos e médios agricultores e das populações, e isto em obediência ao plano desastroso que a CEE e o Banco Mundial reservam para Portugal.

Os eleitos da APU decidiram levar por diante um conjunto de acções junto dos órgãos oficiais e das populações, de forma a alertar e sensibilizar para as graves consequências da situação.

25 de Abril na Austrália

As comemorações do 10.º Aniversário do 25 de Abril assinaladas em todo o País com múltiplas iniciativas de carácter popular tiveram também uma enorme repercussão em todos os cantos do mundo, mesmo nos lugares mais longínquos, lá, onde se encontraram comunidades de cidadãos portugueses.

É o caso da Austrália, mais propriamente de Sydney, de onde nos chega uma informação do Grupo Democrático Português (GDP), entidade que promoveu as celebrações deste ano — a exemplo aliás do que faz desde 1975 — com uma iniciativa a que chamou a «Noite dos Cravos».

Contando com a presença de mais de 500 portugueses — número este considerado o maior de sempre

— e de alguns amigos progressistas estrangeiros nomeadamente australianos, a festa realizou-se na noite de 24 para 25 de Abril no Salão Municipal de Marrickville, tendo decorrido em ambiente de grande alegria e fraternidade.

Os presentes, entre os quais se encontravam representadas todas as colectividades sociais e desportivas portuguesas de Sydney bem como deputados da ala esquerda do Partido Trabalhista actualmente no Poder, puderam assistir a um excelente espectáculo em que participaram o Rancho Folclórico Beira Mar de Port Kembla, um rancho jugoslavo e ainda um conjunto sul-americano que animou o baile que se prolongaria pela noite dentro.



Muito notada foi a ausência do vice-cônsul português na capital australiana que não só não esteve presente nem se fez representar como nem sequer se dignou responder ao convite que lhe havia sido dirigido, alegando que as celebrações não eram oficiais. Mal acolhida pelos nossos compatriotas, esta atitude do representante das autoridades portuguesas é entendida como um exemplo do seu crescente isolamen-

to e do seu divórcio do sentir e da vontade do povo e dos trabalhadores.

Segundo os promotores da jornada esta constituiu ainda uma «festa digna do 25 de Abril nesta longínqua Austrália», um acontecimento com larga cobertura em toda a imprensa local que veio recompensar todo o trabalho anteriormente desenvolvido e mostrar que o 25 de Abril continua vivo no coração e na vida dos portugueses.

Em Moscovo

O núcleo de Moscovo da Associação dos Estudantes Portugueses na URSS fez das comemorações do 10.º aniversário do 25 de Abril uma grande jornada de amizade e solidariedade de par com a luta do Povo português e de divulgação da realidade cultural, social e política do nosso País junto dos jovens soviéticos e de muitas outras nacionalidades que estudam na capital da União Soviética.

Entre os dias 20 e 28 de Abril realizaram-se festas-convívio em estabelecimentos de ensino e residências estudantis, um torneio de futebol, um jantar de confraternização e outras iniciativas.

Desse programa de actividades comemorativas um destaque vai no entanto, para a festa levada a cabo na Casa da

Cultura do Instituto de Energética de Moscovo e que constituiu sem dúvida a maior de todas as iniciativas. Nela intervieram o decano e o responsável da organização do PCUS da Faculdade de Electrotecnia, representantes dos estudantes moçambicanos, nicaraguenses e brasileiros na URSS, Igor Ermoliev, secretário da Associação URSS-Portugal; João Fonseca, membro suplente do CC do PCP, e Domingos Mealha, da Associação dos Estudantes Portugueses na URSS.

Após o período de intervenções os presentes tiveram oportunidade de assistir a um animado espectáculo em que participaram artistas amadores búlgaros, soviéticos, latino-americanos e da RDA e o grupo de canto e danças dos estudantes portugueses.

A opinião geral de quantos participaram nas comemorações quer em Moscovo quer nas outras dez cidades da União Soviética onde estudam

portugueses é de que estas não só assinalaram condignamente a passagem do 10.º aniversário do 25 de Abril como foram as maiores de sempre.

Na Hungria

Os bolseiros portugueses na Hungria comemoraram festivamente o X Aniversário da Revolução de Abril.

Com a presença de mais de 60 pessoas os bolseiros portugueses e amigos estrangeiros de 12 países que quiseram associar-se às comemorações do 25 de Abril, reuniram-se num jantar comemorativo no Hotel da Juventude, em Budapeste.

O significado do Aniversário foi posto em relevo, um ambiente de festa marcou o con-

vívio. Dois discursos assinalaram a importância da revolução portuguesa de 1974: um professor universitário húngaro, estudioso dos problemas do nosso movimento operário e o camarada Francisco Filipe, membro da FMJD.

O convívio terminou com todos os participantes entoando de pé o «Grândola Vila Morena». Confiança na luta e nas conquistas do povo português foi a nota dominante.

Trabalhadores

Inter reúne o seu Conselho Nacional

- **Sector de material eléctrico e electrónico em greve, hoje, por 24 horas**
- **Vidreiros dispostos a continuar a luta**
- **Marcado para hoje encontro das Coordenadoras das CT's da Indústria Naval, Transportes, Banca, Pescas e Seguros**
- **Prevista greve, hoje, na Rodoviária Nacional**
- **Sector automóvel: plenários e reuniões nas empresas, dia 21**
- **Paralisação e outras acções de luta na Metalurgia e Metalomecânica, dia 22**

Cresce a luta pelos salários e pela contratação colectiva em geral. Noutra parte, prossegue o pagamento das dívidas salariais e pela reestruturação de sectores inativos da indústria, que este Governo pretende levar à ruína completa, aumentando o desemprego para níveis nunca vistos no nosso País.

Depois da paralisação de quinta-feira passada na Marinha Grande (parou a quase totalidade das actividades económicas) anunciaram-se para hoje acções de luta na Rodoviária Nacional e no sector do material eléctrico e electrónico (greve de 24 horas).

Enquanto os vidreiros manifestam a intenção de continuar a luta pelos salá-

rios em atraso e pelos postos de trabalho, o sector da metalurgia e metalomecânica, que engloba algumas das maiores empresas nacionais, anuncia para os dias 21 e 22 deste mês importantes acções de luta e de protesto contra o bloqueamento da contratação colectiva e a falta de perspectivas quanto ao futuro das unidades industriais e do emprego.

Uma resolução do plenário da FSMMP (Federação da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal) anuncia para todos os sectores abrangidos uma concentração em Lisboa em frente ao Ministério do Trabalho, dia 22, acompanhada por acções nas restantes regiões do País, designadamente junto às de-

legações daquele Ministério.

Haverá ainda segundo a FSMMP, uma paralisação no mesmo dia, das 15 às 20 horas (das 14 e 30 às 20 nos distritos de Lisboa e de Setúbal) para levar à prática aquelas acções.

Reunida entretanto, a Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN marcava para amanhã e sábado próximo uma reunião do Conselho Nacional «a fim de discutir a situação político-sindical decorrente das comemorações do 1.º de Maio e decidir, face a esse quadro, sobre as formas de luta a levar à prática com vista a promover a defesa dos interesses dos trabalhadores e a satisfação das suas reivindicações».



De entre as últimas acções de luta dos vidreiros da Marinha Grande (na imagem um pormenor da Caravana da Fome, frente à Assembleia da República) sobressai a greve de quinta-feira passada, que paralisou a quase totalidade das actividades da vila, ameaçada de colapso económico, principalmente devido ao estado a que chegou a indústria vidreira na zona.

Siderurgia

Concluir o acordo/Sanear a empresa

As organizações representativas dos trabalhadores da Siderurgia Nacional continuam a exigir a conclusão do acordo de empresa (AE), consagrando aumentos salariais justos. Exigem também que «o Governo proceda ao saneamento financeiro da Siderurgia» a fim de a pôr «ao serviço dos interesses nacionais».

As ORTs, que incluem a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP), a Comissão Negociadora Sindical (ONS), a COTRA (Comissão de Trabalhadores) e a Comissão Intersindical, após três semanas de luta, recordam que não podiam ficar indiferentes perante a tentativa mantida pelo conselho de gerência no sentido de impor uma «discriminação salarial» baseada nas filiações sindicais dos trabalhadores.

Numa resolução aprovada em plenário sexta-feira no Seixal, as ORTs são mandatadas para continuar a luta, se não forem entretanto anuladas as suspensões preventivas de companheiros de trabalho, ordenadas pelo CG, e se continuarem as atitudes repressivas, em vez da necessária rapidez de «desbloqueamento do processo de revisão do AE».

O CG e o Governo são considerados pelas ORTs como «os únicos responsáveis» pela situação ultimamente criada na empresa. Mas, segundo a resolução divulgada pela COTRA, depois do plenário do dia 11, «os agentes do divisionismo mais uma vez desempenharam o seu papel de laço do CG e do Governo». Chegaram ao ponto de «exigir» que os trabalhadores em luta «fossem reprimidos pela GNR e

pela polícia de choque», como por duas vezes veio a acontecer.

O estado das negociações

Elementos fornecidos pela FSMMP, há uma semana, indicavam que o conflito se mantinha. As novas tabelas salariais deveriam ter entrado em vigor em Janeiro findo. Quatro meses e meio depois, ainda as negociações do AE se encontravam em fase de conciliação, pedida ao Ministério do Trabalho pelo CG.

Entretanto, a Federação solicitava audiências urgentes ao ministro e ao secretário de Estado do Trabalho, para que estas entidades não se limitem a marcar reuniões sem «evolução concreta, que promova o acordo e consequentemente desbloqueio do conflito».

Forçado pela luta que os trabalhadores se viram obrigados a desenvolver, o conselho de gerência passou dos zero por cento da sua «proposta provocatória» inicial para 12 por cento, depois para 17,3 por cento, acabando por fixar-se nos 18,4 por cento que agora mantém.

Os sindicatos e as ORTs que formam a Comissão Negociadora Sindical defendem que as negociações deveriam prosseguir. Mas, entrando o pro-

cesso em fase de conciliação, não admitem naturalmente que o CG imponha os 18,4 por cento através de um «acto de gestão» de cujos benefícios seriam afastados exactamente os trabalhadores que lutaram pelos aumentos salariais.

Essa discriminação baseada num falso acordo com os divisionistas é totalmente recusada pelas organizações representativas e pela esmagadora maioria dos trabalhadores das fábricas do Seixal e da Maia no Porto.

Muito justamente os trabalhadores consideram que os aumentos de 18,4 por cento

não foram conseguidos por aqueles que se limitaram a subscrever um papel na tentativa de interromper as negociações e esvaziar as formas de luta e as diligências entretanto empreendidas pela comissão representativa encarregada das negociações de revisão do AE.

A SN deu lucro

A FSMMP, que acusa o CG da SN de mentir na televisão sobre a situação económica da empresa, afirma que «a Siderurgia deu em 1983 um lu-

cro económico superior a 2,5 milhões de contos».

Depois de fornecer dados sobre a produção, a produtividade e o peso dos encargos com pessoal nos custos da empresa, que «representaram 14,1 por cento em 1982 e cerca de 13,7 por cento em 1983 — valores abaixo da média da indústria siderúrgica na Europa» — a Federação recorda que o CG omitiu esses elementos, que dão um panorama correcto da situação empresarial.

Apesar da «política recessiva do Governo Soares/Mota Pinto», acrescenta a

FSMMP, a SN deu um lucro de 2,5 milhões de contos no ano passado, vendendo 22 por cento da sua produção para o mercado externo onde os preços são, como se sabe, inferiores aos do mercado nacional.

A Federação recorda, no entanto, a «ausência de saneamento financeiro» na SN. Só os juros, designadamente os da banca internacional, com as diferenças cambiais, atingem os 6 milhões de contos/ano, enquanto a gerência se dá ao «luxe de ter encaixotado, e já em fase de degradação, um valioso equipamento sem perspectivas de o aproveitar».

Função Pública

Negociar as carreiras este mês

A proposta de carreiras entregue ao Governo em Março pela Federação dos Sindicatos da Função Pública continua por negociar. O assunto interessa a grande maioria dos TFP's, cujas situações não estão previstas ou foram incorrectamente tratadas no Decreto-Lei n.º 191-C/79. A Federação e os Sindicatos representativos do sector reclamam do Governo a respectiva negociação em Maio. O Sindicato dos TFP do Sul e Açores divulgava entretanto um anteprojecto do caderno reivindicativo de aposentados e pensionistas e a CGTP-IN tomava posição pública contra a demagogia do Governo na Segurança Social. Há «um milhão de reformados com as pensões em atraso» e apenas foram concedidas 50 «pensões provisórias», revela a CGTP-IN.

Há meses que a central sindical alertou «para os riscos de ruptura financeira na Segurança Social, cujos sintomas começam a ser visíveis».

Em 1983 foi de 15 milhões de contos o aumento das dívidas do patronato à Previdência. Enquanto o aumento médio das pensões em 1983 não ultrapassava os 19 por cento, o

custo de vida crescia 33 por cento, o desemprego aumentava vertiginosamente e a falta de inscrição continuava, por parte dos patrões relativamente aos seus trabalhadores, na Segurança Social.

Neste momento, «contrastando com o ênfase da propaganda governamental», é «cada vez mais restrito, nota a Central, o pagamento de subsídios de desemprego, apesar dos milhões e milhões de contos descontados pelos trabalhadores e que o Governo devia para outros fins».

Com base nas propostas sindicais

A Federação representativa dos Sindicatos dos TFP de acordo com o ofício enviado à Secretaria de Estado da Administração Pública, exige o início da discussão do assunto, «tendo como base as suas propostas», que considera um primeiro passo para a elaboração de uma proposta global de carreiras que altere o sistema actual.

Este último, acrescenta a federação, já não corresponde aos anseios dos trabalhadores

perante as dificuldades de progressão e valorização profissional».

De resto o Governo comprometeu-se a iniciar essa discussão este mês. Por isso a Federação exige que «o Governo cumpra o compromisso assumido», satisfazendo assim «uma das principais reivindicações dos trabalhadores da função pública».

Segundo a federação dos TFP, a «proposta de alteração global deverá corresponder às linhas mestras traçadas no Programa de Acção» aprovado no seu 1.º Congresso em 1982.

Logo no princípio de Maio, a proposta sindical de carreiras começou a ser elaborada por um grupo de trabalho, incluindo «técnicos e dirigentes da Federação e dos Sindicatos da Função Pública, para posterior discussão com os trabalhadores».

Repor a verdade na RTP

Numa exposição enviada à RTP, «repondo a verdade sobre os acontecimentos ocorridos na Siderurgia Nacional», a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal acusa a televisão de «censurar» a voz do representante dos trabalhadores. Ao limitar-se a ouvir uma das partes envolvidas no conflito (o conselho de gerência daquela empresa pública) a RTP, em vez de noticiar, manipulou. A FSMMP, que historicamente o desenrolar do conflito, derivado das negociações do acordo de empresa, acusa o conselho de gerência da SN de, pela voz do seu presidente, ter mentido ao povo português, no «telegiornal das 19 e 30 do dia 5 do corrente», sem que a RTP se tenha preocupado em esclarecer o caso e repor a verdade. A Federação enviou cópias da sua exposição aos órgãos de soberania.

RTP põe e dispõe

A CGTP-IN decidiu apresentar «queixa-crime» em tribunal contra a RTP por esta impedir a Central de exercer o direito de resposta, que lhe foi reconhecido pelo Conselho de Informação para a RTP (órgão da Assembleia da República) relativamente à comunicação televisiva do secretário de Estado, Anselmo Rodrigues, emitida horas antes da Jornada de 1 de Março, organizada pela Inter em defesa do sector público. Através do seu departamento de informação, a CGTP reafirma que aquele membro do Governo proferiu na altura «afirmações falsas e caluniosas para os trabalhadores e a CGTP». Tentou, além disso, «impedir o legal exercício da greve, ameaçando com repressão». O Conselho deu parecer favorável ao pedido da CGTP em 27 de Março findo. Sem que até segunda-feira passada tenha possibilidade o exercício daquele direito, o conselho de gerência da RTP disse que vai recorrer para

«tribunal competente». Não reconhece, assim, legitimidade às deliberações do Conselho de Informação, embora a este caiba decidir em última instância, segundo a Lei 75/79.

Escritórios no Comércio de Lisboa

Para que os Estatutos reflitam, «como é devido, a efectiva composição de interesses que o Sindicato representa», nos próximos dias 30 e 31, a Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços de Lisboa decidirá sobre as modificações a introduzir naquele documento orgânico, alargando o seu âmbito, «de facto, a uma situação real já existente», pois que «muitos dos cerca de 50 mil trabalhadores associados no Sindicato não trabalhadores de escritório», afirma a direcção num comunicado.

Aumento de preços a ritmo assustador

Anteontem a FESTRU (Federação dos Transportes) fazia notar que «nos primeiros quatro meses de 1984 os preços subiram 9,2 por cento, a uma taxa mensal de 2,2 por cento, a que corresponde um aumento anual de 30,5 por cento. A subida verificada nestes quatro meses é superior à verificada em idêntico período de 1983», acrescentava aquela Federação sindical, que acusa o Governo de ter falhado em toda a linha os seus proclamados objectivos, nomeadamente a contenção do surto inflacionista. «O ritmo de subida dos preços — sublinha a FESTRU — continua elevadíssimo (superior a 30 por cento ao ano) e a taxa média de inflação será em 1984 a maior de sempre (neste momento pode-se garantir que não será inferior a 28 por cento)». Se este Governo puder, como pretende, aumentar ainda mais os preços de produtos e serviços essenciais, este ano será para os trabalhadores e classes de mais baixos rendimentos um ano bem pior que o anterior, acentua ainda a FESTRU, concluindo que «a degradação da actividade económica e o agravamento brutal das condições de vida dos portugueses é o que objectivamente tem conseguido este Governo, a mando do FMI».

Quadros técnicos dizem não

«Os quadros técnicos e todos os que foram lesados com o Governo anterior continuam a ser prejudicados; vivem já em alguns casos situações difíceis», refere a Direcção do sector no âmbito da ORL do PCP. Lembrando que «a política de concertação social, defendida por Mário Soares, tem na prática produzido conflitos intensos em todas as camadas e sectores da vida social», aquele Organismo do Partido acentua que «nas negociações dos novos contratos colectivos de trabalho e acordos de empresa, o Governo e o patronato pretendem impor aumentos salariais muito abaixo da taxa de inflação, reduzindo ainda mais o salário real». «A única forma de impedir o agravamento da situação social dos quadros» é a luta consequente por reivindicações, como o pagamento dos salários em atraso; a definição de medidas contra o subemprego, desemprego e despedimentos; a participação real na definição dos objectivos das empresas; a reposição do poder de compra, afirma ainda o Organismo de Direcção dos Quadros Técnicos da ORL/PCP num apelo à unidade com outros trabalhadores.

Dez anos do SPGL

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa festejou no dia 10 o décimo aniversário da sua fundação. Num jantar-convívio, breves intervenções assinalaram o caminho percorrido desde 2 de Maio de 1974. Membros dos corpos gerentes do SPGL, o professor doutor Lindley Cintra, presidente da primeira assembleia onde se decidiu fundar o Sindicato, e Manuel Lopes da comissão executiva do conselho nacional da Inter, consideraram positivo o balanço sindical desta década, saudaram o 25 de Abril e defenderam a unidade, para manter os direitos alcançados e continuar a luta por uma Escola democrática onde valha a pena trabalhar e aprender.

CIFA marcha amanhã

Há 15 meses sem salários e após anos de luta persistente (principalmente depois de 1979, quando a empresa foi entregue aos Mellos, que receberam centenas de milhares de contos da banca e do Estado sem se saber onde param) os trabalhadores desta empresa de fibras sintéticas com sede em Valongo empreenderam nova fase de luta na qual se inclui amanhã, 18, uma marcha a pé até à delegação do Ministério do Trabalho no Porto. Este percurso de 25 km segue-se a vigílias organizadas pelos cerca de 1700 trabalhadores da CIFA nos dias 14 e 15 junto do Governo Civil e em 16 e 17 em frente à delegação do MT. As dívidas atingem os 2,5 milhões de contos. O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis suspenso, com fundamento razoável, da existência de subfaturação da ordem das centenas de milhares de contos relativamente a produtos da CIFA comercializados por outra empresa dos Mellos, a OUTEX de Vila do Conde. Nestas negociações ilegais a conhecida família da alta finança conta com o alheamento cúmplice do Governo e continua a não pagar os perto de 300 mil contos que deve aos trabalhadores, com prejuízos incalculáveis para o conselho de Valongo, designadamente para o comércio local.

CPP extinta: prejuízo atinge quase 2 milhões

O Governo, ao ordenar a extinção da Companhia Portuguesa de Pescas, não olhou ao prejuízo calculado num milhão e 900 mil contos pelos trabalhadores, nem tão-pouco aos cerca de 130 mil contos dos salários em dívida, cujo pagamento não está de modo nenhum garantido, já que depende apenas de uma promessa feita há umas três semanas pelo secretário de Estado das Pescas, que está muito longe de cobrir aquele montante. Os trabalhadores da CPP (cerca de 600) e as suas organizações representativas, em especial a Federação dos Sindicatos do Sector das Pescas, não foram ouvidos antes de tomada uma decisão destas, onde é clara a cumplicidade entre governantes e gestores. As ORT's pediram um inquérito à maneira como se desenrolou o processo de extinção, já que aquela cumplicidade aparece aos olhos dos trabalhadores como indicando «possíveis indícios de fraude e corrupção». As ORT's tinham entretanto defendido junto do Ministério do Mar uma proposta concreta que evitaria o encerramento da empresa nacionalizada e proporcionaria a sua recuperação nos próximos dez anos.

Banca: 5 meses depois 3.º pedido de inquérito

Com o título «Corrupção: quem cala consente... CGTP-IN insiste pela terceira vez no inquérito à gestão da banca», o departamento de informação da Central tornou público há uma semana que, de há cinco meses para cá, desde que requereu pela primeira vez, sem resultado, ao Governo, um inquérito à gestão da banca nacionalizada, «a corrupção na gestão de várias empresas públicas tornou-se tema de primeiro plano, por denúncia de várias organizações sociais e órgãos de informação, sem que por isso se veja da parte do Governo uma posição pública, limpa e responsável sobre as graves acusações em que aparecem envolvidos gestores públicos e membros do próprio Governo». Pedindo mais uma vez um «inquérito oficial à gestão da banca nacionalizada, para que o País seja esclarecido, e o eventualmente responsáveis por actos de corrupção sejam exemplarmente punidos», a Inter faz um apanhado de «operações» conhecidas e, além do «financiamento irregular do BTA (Totta & Agores) a um conhecido capitalista chinês (330 mil contos)» enuncia «as alegadas operações de financiamento de futuros bancos privados com dinheiro da banca nacionalizada; o favoritismo na concessão de empréstimos a grandes capitalistas nacionais e estrangeiros; as manhas obscuras do chamado crédito mal parado (280 milhões de contos); a venda «duvidosa» de navios de empresas públicas a grupos internacionais; o envolvimento de contestados interesses financeiros na adjudicação do transporte de carvão para a central térmica de Sines... e tantos outros casos vindos a público».

Internacional

Conspiração e terrorismo contra os povos da África Austral

O primeiro-ministro sul-africano, Botha, representante do único país no mundo em que o racismo é erigido à categoria de política oficial de Estado, vem agora, dentro de dias, a várias capitais da Europa. Lisboa incluída, por expresso convite do Primeiro-Ministro português, Mário Soares, representante assumido do que de mais à direita se pode encontrar na Internacional Socialista. Denunciando o carácter desta visita, múltiplas vozes se ergueram no continente africano, que conhece na carne o que é o colonialismo e neocolonialismo, o que significa o agressivo vizinho do Sul, ameaça constante pendente sobre os países progressistas ou que tão só apoiem uma opção de independência política e económica.

Em mensagem enviada aos governos de Lisboa, Bona, Londres, Paris, Haia, Madrid, Bruxelas e Berna, Mengistu Haile Mariam, chefe de Estado etíope, salienta, na sua qualidade de presidente em exercício da Organização de Unidade Africana (OUA), que a digressão do primeiro-ministro sul-africano por diversos países da Europa capitalista, se destina a fazer propaganda da «ignominiosa política de apartheid», universalmente condenada, nomeadamente em organizações internacionais tão representativas como as Nações Unidas, a OUA ou o Movimento dos Países Não-Alinhados. Uma unanimidade que não parece tocar os governos de países como Portugal, Grã-Bretanha, RFA e mesmo a Suíça.

Também na Conferência Internacional para a Intensificação da Luta contra o Apartheid, reunida em Lusaka, se registaram protestos por esta programada visita. O secretário-geral

da Organização de Unidade Africana condenou os governos europeus que dirigiram convites a Pieter Botha para visitas oficiais aos seus países. E um jornal senegalês pergunta: «que é feito dos valores de liberdade, de democracia e de respeito dos direitos do homem tão defendidos pela Europa?». Pergunta justificada se atentarmos à propaganda dos valores referidos. Mas que a prática indica que se reduz a isso mesmo — propaganda. E não mais.

A visita de Botha a diversos países da Europa capitalista — que objectivamente constitui um apoio e uma promoção, um implícito reconhecimento do condenado regime de «apartheid» — não pode deixar de se inserir num vasto conjunto de manobras que se vêm a desenrolar na África Austral. Testemunho irrefutável de que as coisas não correm bem para o imperialismo e para o regime de Pretória. Mas também de que o capital continua a aso-

tar forte, a recorrer a todo o tipo de armas, da agressão directa à utilização dos bandos terroristas, à arma económica, passando pelos habituais grupos fantoches, promovidos a «representativos» movimentos políticos.

As conversações de Lusaka

Começaram e rapidamente terminaram, em Lusaka, conversações sobre a independência da Namíbia, que reuniram à mesa de conversações, de um lado a SWAPO, legítimo representante do povo da Namíbia, como é internacionalmente reconhecido, de outro os representantes directos de Pretória e os «partidos internos» namibianos, extensão do poder do regime de apartheid, que se pretende impor como alternativa neocolonialista, concretização de uma independência fictícia (já que a manutenção do colonialismo puro e simples se

vai tornando cada vez mais difícil).

A SWAPO foi a Lusaka com objectivos muito claros: o estabelecimento de um cessar-fogo na Namíbia que permitisse alcançar o fim de uma guerra que já se arrasta há 18 anos e fez mais de dez mil mortos; e o debate da aplicação da Resolução 435 da ONU. Em véspera da sua deslocação a Lusaka, o dirigente da SWAPO, Sam Nujoma, sublinhou que o objectivo da delegação do movimento de libertação namibiana à cimeira era «fazer calar as armas e realizar a independência», destacando igualmente — «os patriotas da Namíbia estão firmemente decididos a ampliar a sua luta armada contra o colonialismo e o racismo, pela liberdade e pela independência», como estão prontos «a negociar a mesa das negociações. Mas ainda não encontramos uma atitude séria da parte da África do Sul».

Quanto a Pretória, são bem diferentes as razões que a levaram a Lusaka.

Partindo da ideia (que convém reter para podermos compreender o que se está a passar na África Austral) de que os representantes de Pretória se sentam à mesa de conversações, porque se vêm forçados a fazê-lo, porque a força das armas e da repressão não vergou o povo da Namíbia, passa-se necessariamente a uma outra constatação: a RSA não foi a Lusaka negociar a independência da Namíbia. Antes foi tentar utilizar a mesa de conversações para servir os seus próprios objectivos.

Ao fazer, uma vez mais, depender a independência da Namíbia da retirada das forças cubanas de Angola, conduziu à partida as conversações a um impasse. Segundo o porta-voz da SWAPO, e membro do seu Comité Central, H. Hamutenya, Pretória não tinha provavelmente senão um objectivo: «tentar apresentar os «partidos internos» como uma «força política independente» e assegurar-lhes o reconhecimento político internacional». Não será por acaso que, logo após o fracasso das negociações, os grupos fantoches que Pretória criou para a Namíbia, encetaram uma digressão por países capitalistas, com início nos Estados Unidos.

Nada disto é novo. Ainda em Março deste ano o administrador-geral da África do Sul para a Namíbia, W. Van Niekerk, havia afirmado em entrevista ao «Washington Post» que Pretória não tinha qualquer intenção de cumprir a Resolução 435 da ONU, antes lhe contrapondo uma fórmula neocolonialista de transferência do poder para os «partidos internos», que se concretizaria através de uma farsa eleitoral de que a SWAPO seria excluída. Em síntese, uma fórmula de «descolonização» e de «democratização» muito ao gosto do imperialismo.

Esta a aposta de Pretória. E não só de Pretória. Sem dúvida englobada numa mais ampla política que visa o retrocesso da evolução histórica irreversivelmente imprimida à África Austral, pela opção socialista de países como Angola e Moçambique. Mas que defronta com a persistente resistência dos povos da zona.

E importa talvez relembrar que idênticas manobras foram utilizadas para perpetuar a velha Rodésia racista. E hoje existe o Zimbabué.

O papel de Portugal

«Da sua acção bandidesca haverá que registar para a história da luta heróica do povo angolano, os inúmeros massacres de populações indefesas, com assassinio de velhos, mulheres e crianças, o saque e destruição de bens do povo, a sabotagem a empresas e unidades de produção, a minagem de itinerários e caminhos-de-ferro, o rapto e a incorporação forçada de crianças e jovens, a destruição de escolas, pontes e barragens, a intimidação e coacção de populações pacíficas, o sequestro de religiosos e cooperantes (...) Toda esta acção tem como objectivo arruinar economicamente a República Popular de Angola, dificultar e contrariar os esforços de reconstrução nacional e, enfim, causar o descontentamento popular, denegrir a imagem do Partido e do Governo e provocar desestabilização e caos no País». Nestes termos é denunciado, pelo Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, o papel desempenhado pelo grupo terrorista Unita, após a independência de Angola.

Também em Moçambique, bandos armados com pretensões a erigirem-se em partidos políticos, e que contam com o mesmo decisivo apoio de Pretória, têm vindo a causar sérios prejuízos à vida económica e sociopolítica do país. Como denunciado o presidente Samora Machel em 5 de Abril, em Maputo, «foram paralisadas ou destruídas 840 escolas que afectaram mais de 150 mil crianças. Foram saqueadas ou destruídas 12 centros de saúde, 24 maternidades, 174 postos de saúde, dois centros de diminuídos físicos. Foram destruídas 900 lojas, dificultando a comercialização e o abastecimento de cerca de quatro milhões e meio de cidadãos».

Trata-se de crimes extremamente graves, dirigidos contra



P. Botha

C. Weinberger

Hóspedes indesejáveis

Amanhã e depois estará no nosso país Caspar Weinberger, secretário norte-americano para a Defesa. O convite oficial é de Mota Pinto. O objectivo formal: a assinatura do acordo técnico da Base das Lajes, último refoço na consagração da cedência de uma parte do nosso território nacional aos objectivos políticos da Casa Branca. Outros temas de debate serão — como vai sendo coisa corrente, característica intrínseca da política externa destes governos — secretos.

Não muito depois, talvez para princípios de Junho, teremos entre nós o chefe de governo sul-africano, Botha. O convite é de

Mário Soares. O objectivo — incontestável — o apoio à política desenvolvida por Pretória. Apoio que os racistas sul-africanos activamente buscam — preto no branco — e capitais de vários países capitalistas da Europa.

Weinberger e Botha. Dois hóspedes — entre outros também previstos — cuja presença no nosso país constitui um sintoma — e um aviso — dos caminhos que estão a ser trilhosados pela política externa portuguesa. Caminhos que se chocam com os interesses do povo português e da paz mundial. Caminhos inversos o que está estipulado na própria Constituição.

povos que defrontam grandes dificuldades sociais e económicas, herança do colonialismo — dificuldades que exigirão mobilização de todos os esforços do país.

Qual é o papel do Governo português, face a esta actualização criminosa, face às evidentes manobras conduzidas pelo imperialismo contra os países livres da África Austral? Que anda Jaime Gama a fazer, nas suas digressões africanas? Ao que vêm os dirigentes do regime de Pretória, nas visitas por Lisboa?

Os factos falam por si. Lisboa está a tornar-se, não só um centro de droga ou de contrabando de diamantes. Mas sobretudo um centro, pelo menos de apoio (se não de promoção), a actividades terroristas contra Estados independentes com que o Governo de Mário Soares afirma pretender relações preferenciais.

Só assim se compreende que Botha venha ao nosso País — a convite oficial de Mário Soares — no mesmo mo-

mento em que, como denuncia o «Jornal de Angola», se multiplicam as provocações armadas da África do Sul contra Angola. Só assim se compreende que a televisão portuguesa se atreva a promover o grupo terrorista Unita, responsável por inúmeros massacres, pela destruição de objectivos económicos, e que com o apoio de Pretória e Washington se arroga pretensões de participação no Poder em Angola. Factos de extrema gravidade, que no mínimo terão que ser classificados como participação em acções subversivas contra um Estado independente.

Em recente entrevista a «O Jornal», o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, afirmou ter «a impressão que há forças políticas em Portugal que ainda não se libertaram totalmente das ideias do passado e pretendem imprimir às relações com Angola um cunho neocolonial». Infelizmente tais forças encontram-se mesmo ao nível do Poder.

CEE quer dar a mão ao fascismo turco

O regime fascista turco voltou à balança nos últimos dias e por duas fortes razões: por um lado com o Conselho de Segurança da ONU condenando-o e a todas as medidas secessionistas registadas em Chipre (e por si promovidas), incluindo a recente troca de embaixadores entre a Turquia e a chamada «República Turca do Norte de Chipre»; por outro com a fantasmática votação da Comissão do Regulamento da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa que agrupa países da CEE pronunciando-se a favor do regresso da Turquia a esta organização, com o «objectivo» (pasme-se!) de «estimular» o regresso da democracia e o respeito dos direitos do homem neste país.

Quer dizer: uma ditadura fascista como a da Turquia, onde os assassinios políticos, as brutalidades e a repressão sobre o povo e os democratas são o seu único estêlo, deve, no entender da Comissão de Regulamento da AP do Conselho da Europa, ser aceite no seu seio para «estimular democrático», isto apesar da brutal ocupação de 37% de um país soberano (Chipre) e a sua pretensa anexação pela Turquia ter sido, ao mesmo tempo, firmemente repudiada pela ONU.

Quando lhes convém, os países da CEE têm «inspirações democráticas» bem bizarras...

«Dama de ferro» reprime... e enferruja

É já superior a uma centena o número de mineiros britânicos presos nos últimos dias, enquanto as cargas policiais se tornam cada vez mais numerosas e violentas. Em questão a greve desencadeada há já nove semanas pelos mineiros de carvão, lutando contra um «plano de reestruturação» do governo Thatcher que prevê o encerramento de 20 das 176 minas do país, o que representaria elevado número de despedimentos.

Entretanto em eleições autárquicas recentes o partido conservador tem vindo a sofrer pesadíssimas derrotas, perdendo lugares e municípios em série a favor dos partidos de oposição. Parece que a arrogância e reaccionarismo da «dama de ferro» começam a enferrujar vertiginosamente no reino de Sua Magestade britânica...

CEE estrebucha e Soares não vê

Enquanto a imprensa e os meios políticos britânicos comentaram a recente cimeira anglo-francesa para a solução do problema da contribuição britânica para a CEE como «de muitos sorrisos e poucos resultados» (aliás nenhuns, para sermos mais exactos), o ministro espanhol dos NE, Fernando Moran, exprime ao vice-presidente da comissão da CEE, Lorenzo Natali, o receio de que as negociações para a adesão da Espanha venham a ser concluídas «de forma precipitada».

Por outro lado o primeiro-ministro grego, Andreas Papandreu, apelaria nem mais nem menos que para uma revisão das instituições da CEE, voltando a constatar que a Comunidade se encontra actualmente perante uma «crise geral», como bem o provam o impasse das suas duas últimas cimeiras e a incapacidade até agora revelada pelos dez membros da CEE em conseguir um acordo firme sobre questões fundamentais como o orçamento comunitário e a política agrícola comum.

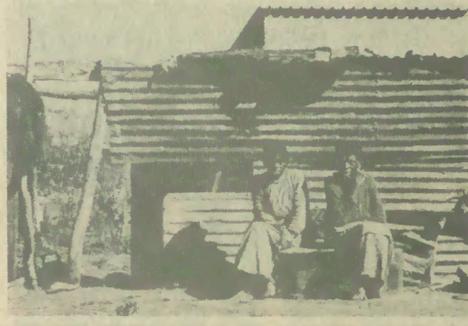
Parece que só o dr. Mário Soares e o seu governo é que não se apercebem da bagunça comunitária e quer entrar à viva força para uma coisa que começa a não existir...

Marcos isolado nas Filipinas

O regime fascista das Filipinas afirma, pela boca do seu chefe Ferdinand Marcos, que houve eleições no país no passado domingo. A oposição democrática diz que não, que tudo foi uma farsa preparada pelos Estados Unidos. O regime insiste e até anuncia que a «jornada eleitoral» decorreu de forma «geralmente tranquila». Tão tranquila que causou pelo menos 54 mortos em recontros entre forças policiais e militares e as massas populares (aliás, segundo dados oficiais, foram mortas pelas forças repressivas desde o princípio da campanha eleitoral em 27 de Março último, 252 pessoas).

Entretanto — e como o descaramento tem limites — os sete governos de países capitalistas convidados pelo regime de Marcos a enviarem observadores oficiais às eleições, recusaram, não obstante nada fazerem para condenar o regime. Foram eles os EUA, a França, o Japão, a Bélgica, a Grã-Bretanha, a Holanda e o Canadá.

Como isolamento, não está mau. E como derrota eleitoral (sejam quais forem os resultados fabricados pelo regime) é concludente.



A digressão do primeiro-ministro sul-africano por diversos países da Europa destina-se a fazer propaganda da política de apartheid, condenada em todo o mundo e sentida na carne, quotidianamente, pelos povos oprimidos pelo regime da África do Sul

Movimento da Paz contra círculo vicioso da guerra

Realizou-se em Budapeste a primeira reunião conjunta dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países do Tratado de Varsóvia, após o início da instalação dos novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa. Como tónica, a reafirmação dos perigos inerentes à nova situação criada com essa decisão da NATO e, simultaneamente, a confiança na capacidade das forças da paz em todo o mundo, da própria luta dos povos e das massas trabalhadoras pelos seus direitos, de par com o desenvolvimento do socialismo — para fazer barreira aos novos perigos, afirmando-se com clareza que a actual marcha dos acontecimentos não é irreversível.

Na verdade, e apesar dos múltiplos esforços para liquidar o movimento pela paz, nomeadamente retirando-lhe perspectivas e confiança na sua capacidade de se afirmar, de se impor ao rumo antidemocrático da política dos governos da Europa capitalista, os factos indicam que a batalha da Paz prossegue. Assumindo várias formas. E impondo mesmo posições e uma linguagem a dirigentes burgueses, que de boa vontade apostariam noutros rumos, noutras posições.

Referindo alguns exemplos muito actuais, importa lembrar a posição assumida pelo Parlamento dinamarquês que definitivamente suspendeu qualquer contribuição para os mísseis que os Estados Unidos estão a instalar na Europa. Isto apesar das lamentações do ministro da Defesa que afirmou ser esta «a primeira vez que um dos membros da NATO se nega a assumir responsabilidades em que o governo se empenhou». Uma «primeira vez» que importa tenha seqüência...

Entretanto, na Holanda, o secretário de Estado da Defesa afirmou ao «Washington Post» que o seu país não aceitará a implantação em território holandês da totalidade dos 48 mísseis de Cruzeiro que os EUA aí pretendem instalar.

Estas posições oficiais reflectem uma grande pressão popular contra a corrida aos armamentos e, concretamente, contra os novos mísseis americanos na Europa.

Por exemplo, na Holanda, já este mês, realizou-se uma paralisação simbólica do trabalho, como forma de protesto contra os Cruzeiros.

E se o primeiro-ministro grego, Andreas Papandreu, vai ao congresso do PASOK fazer afirmações como: «o combate da União Soviética a favor do desarmamento é sincero», e «a URSS não pode ser qualificada de potência imperialista

como os Estados Unidos» (declarações que o governo norte-americano considerou particularmente «afilivas...»), é fora de dúvidas que essa tomada de posição muito tem a ver com o forte movimento pela paz que se desenvolve na Grécia.

É evidente que nem sempre os reflexos da luta e da vontade popular são tão nitidos. A envergadura do movimento contra a corrida aos armamentos na RFA, que uma vez mais mostrou a sua força nas marchas da Páscoa, com manifestações, repinidas, de dezenas de milhares de pessoas que exigiam a não colocação dos Pershing-2 — não deu ainda os seus frutos.

E em Portugal, o governo Mário Soares, ao arripio da vontade popular, vai alienando sucessivas parcelas do território e da independência nacional. Discretamente — como de costume — foi autorizada a

instalação, no concelho de Almodôvar, de uma estação militar de rastreio do espaço, directamente ligada ao comando norte-americano de Defesa Aero-Espacial (NORAD).

Em artigo destinado a assinalar o 29.º aniversário do Tratado de Varsóvia (que, recorde-se, foi criado seis anos depois da NATO), o seu comandante militar, marechal soviético Victor Kulinov, acusa a administração Reagan de impor o «gangsterismo político nas relações internacionais», o que levou a um «brusco agravamento da situação internacional». Muitos são os factos que confirmam estas palavras — factos reconhecidos e apontados não só pelos comunistas, tão pouco apenas pelos milhares de pessoas que hoje participam no movimento da paz, mas sim por qualquer pessoa que observe a realidade com um mínimo de objectividade e realismo político.

Num artigo dedicado à análise da política externa soviética (e norte-americana), o jornalista norte-americano Sidney Lens, escreve: «Os militares, os políticos e as organizações que lhes estão ligadas caem num erro fatal. Para justificar o incremento do orçamento militar, começam a gritar que «não se pode confiar nos russos», então o governo e o Congresso concedem-lhes as somas que pretendem para criar e desenvolver tais sistemas. Como resposta os russos criam contra-armas, e seguidamente os militares norte-americanos exigem novas contra-contra-armas, para equilibrar a «superioridade» dos russos. E para o conseguir voltam a gritar a cantilena de que «não se pode confiar nos russos», e assim por diante até nunca acabar.»

Este o — falso — círculo vicioso a que se impõe pôr fim.

Apelo aos países da NATO

«Os povos da Europa e do mundo esperam acções pela paz e a segurança, pela eliminação do perigo de um holocausto nuclear. E neste sentido que os Estados signatários do Tratado de Varsóvia se dirigem, com este Apelo, aos Estados membros da NATO, aguardando uma resposta positiva» — assim termina o Apelo dos países do Tratado de Varsóvia aos países da NATO, para «unir esforços para reduzir as tensões, pelo saneamento do clima político nas suas relações mútuas, para fortalecer a confiança e a paz em benefício de todos os povos».

Desconhece-se qualquer resposta de países da NATO. Estarão provavelmente em estudo... Uma razão mais para

chamar a atenção para este importante Apelo, destacando extractos mais significativos.

«Os Estados do Tratado de Varsóvia propõem aos Estados da NATO assumir formalmente o compromisso mútuo de não utilizar em primeiro lugar uns contra os outros nem armas nucleares nem convencionais, excluindo, assim, a utilização da força militar.»

Tal compromisso poderia também ser ampliado à não utilização da força contra países não incluídos em qualquer das alianças, e abarcar «a segurança das comunicações marítimas, aéreas e cósmicas internacionais, que passam por territórios fora de qualquer jurisdição nacional».

«O Tratado poderia incluir o compromisso dos seus participantes de conjugar esforços para que acabe a corrida aos armamentos, pela limitação e redução tanto das armas nucleares como das convencionais. O Tratado também poderia prever o compromisso de discutir conjuntamente medidas práticas para a prevenção do perigo de um ataque de surpresa. É conveniente deixar claro no Tratado a disposição de cooperar com o fim de elevar a eficácia da ONU com base na sua Carta.»

Uma síntese do mais amplo acordo tendente a obter a paz e que «estaria aberto a todos os Estados que lhe quisessem aderir».



Uma imagem da luta contra a corrida aos armamentos, na Europa capitalista. Neste caso, a repressão policial, com os carros de água contra uma manifestação recentemente realizada em Garlstedt, na RFA, junto de instalações militares do imperialismo norte-americano